

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ALCA À LUZ DA ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E DA TEORIA  
DA DEPENDÊNCIA – APONTAMENTOS TEÓRICO-  
METODOLÓGICOS**

**FLAVIO LYRIO CARNEIRO**

**Florianópolis, abril de 2006**

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A ALCA À LUZ DA ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E DA TEORIA  
DA DEPENDÊNCIA – APONTAMENTOS TEÓRICO-  
METODOLÓGICOS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária da disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Flavio Carneiro

Assinatura:

Orientador: Prof. Nildo Ouriques

De acordo:

Área de Pesquisa: Economia Internacional

Palavras Chave: 1. Dependência  
2. Sistema-mundo  
3. ALCA

Florianópolis, abril de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota \_\_\_\_ ao aluno FLAVIO LYRIO CARNEIRO na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora: \_\_\_\_\_

Prof. Nildo Domingos Ouriques  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Prof. Pedro Antônio Vieira  
Membro

\_\_\_\_\_  
Prof. Hoyêdo Nunes Lins  
Membro

*Sin embargo, se trataba de una “ortodoxia” tan inteligente, dialéctica, crítica y creadora que, inevitablemente, pronto apareció como lo que en realidad era: heterodoxia de la más pura estirpe*

Ludovico Silva

## RESUMO

O projeto de formação de uma área de livre comércio unindo a quase totalidade dos países americanos é apontado como um dos desafios necessários ao desenvolvimento da América Latina, por possibilitar uma ampliação das exportações, tidas como extremamente necessárias, tanto por gerar divisas para a manutenção de um ambiente estável para a sustentabilidade da dívida pública quanto por propiciar um maior crescimento econômico. Não obstante, existem vozes destoantes no debate, que afirmam as vicissitudes de tal projeto para os países da região. A maior parte das críticas à ALCA concentra-se no fato de que seria parte de um amplo projeto dos Estados Unidos para reafirmar ou recuperar sua hegemonia. Contudo, seria ingênuo crer que um plano que contemplasse apenas os interesses estadunidenses pudesse vicejar. Com efeito, é notável o interesse de parte da elite latinoamericana em firmar o acordo. De maneira a compreender essa dupla face do processo de formação da ALCA, este trabalho propõe a associação de duas vertentes teóricas que compartilham uma preocupação metodológica comum: a adoção de uma perspectiva que seja capaz de conceber o capitalismo global não como um agregado de economias nacionais independentes que travam relações exteriores entre si, mas como um sistema em que o sentido de cada parte é dado pela sua totalidade, e só pode ser percebido em suas relações entre si e com o todo. Assim, buscou-se o conceito de hegemonia que se inscreve na abordagem dos sistemas-mundo para reescrever a hipótese da ALCA como um projeto hegemônico estadunidense. Em seguida, a teoria marxista da dependência é apontada como uma perspectiva adequada para a compreensão da “hegemonia vista de baixo” ou seja, do ponto de vista das elites que são subordinadas por aquelas dos países centrais. A hipótese que permeia o trabalho é a de que tais abordagens, longe de serem excludentes, complementam-se, propiciando uma melhor compreensão do processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1. Apresentação do tema e problema de pesquisa.....	7
1.2. Objetivos.....	10
1.3. Metodologia.....	11
<b>CAPÍTULO 2: A ALCA COMO PROJETO HEGEMÔNICO ESTADUNIDENSE</b>	<b>18</b>
2.1. Os Estados Unidos no centro do mundo.....	18
2.2. Do sistema-mundo à hegemonia estadunidense.....	23
2.3. A hegemonia dos EUA e a ALCA.....	38
<b>CAPÍTULO 3 A ALCA COMO ESTRATÉGIA DA ECONOMIA EXPORTADORA</b>	<b>43</b>
3.1. A história exportadora da América Latina.....	43
3.2. Da orientação exportadora à dependência.....	48
3.3. A “nova” economia exportadora e a ALCA.....	59
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>66</b>
4.1. Conclusões e perspectivas.....	66
4.2. Considerações finais.....	76
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>78</b>

## **CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO**

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA**

As últimas décadas do século XX e o início do seguinte foram caracterizados por um esforço de desregulamentação financeira internacional, associado a um discurso pregando a liberalização comercial. A criação da OMC e as sucessivas “reuniões de cúpula” internacionais ilustram esta tentativa de, no contexto do colapso da organização financeira internacional alicerçada no acordo de Bretton Woods, desenvolver as trocas internacionais e os fluxos de capitais, mediante a redução da intervenção e regulação governamentais.

Associada a este processo ocorre a busca de integração comercial supranacional, entre blocos de países, em acordos de livre comércio e de integração regional. Esta forma de integração por “blocalização”<sup>1</sup>, da qual a experiência da União Européia foi pioneira e paradigmática, é apontada como aspecto essencial na busca do desenvolvimento internacional, sobretudo dos chamados “países menos desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

A posição central que a liberalização comercial e a formação de blocos econômicos assumem no debate acerca do desenvolvimento e do crescimento econômico possui uma razão implícita bastante clara: a importância primordial adquirida pelas exportações, como dinamizador fundamental da economia dos chamados “países emergentes”. Tomando-se o caso específico da América Latina, exportar constitui a única saída possível para gerar tanto as divisas necessárias ao alívio da dívida pública quanto o crescimento da renda que tem como contrapartida a tão almejada redução dos assustadores níveis de desemprego. Basta um vislumbre nos noticiários da região para notar a importância que o tema assume no seio da condução da política econômica, que se traduz em palavras de ordem de alto impacto, tais como “exportar ou morrer”, proferida em 2001 pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

Neste contexto, a Área de Livre Comércio das Américas é apresentada, sobretudo pelos meios de comunicação em massa, como um passo essencial em direção ao desenvolvimento da América Latina, por abrir as portas do colossal mercado estadunidense às exportações latinoamericanas.

---

<sup>1</sup> Lins, *Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais*.

Idealizada inicialmente pelo governo dos Estados Unidos, no início da década de 90, como parte de uma estratégia mais ampla de “iniciativa para as Américas”, da administração de George Bush, a trajetória rumo à implementação do bloco continental tem início com a reunião da Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. A declaração de princípios elaborada na reunião expressa o interesse na “promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio” (Declaração..., 1994). Diversas reuniões semelhantes foram realizadas desde então, definindo-se o ano de 2005 como horizonte inicial para a constituição do bloco. Contudo, diversos impasses, sobretudo entre os EUA e o Brasil e acerca dos subsídios agrícolas estadunidenses, estancaram as negociações, impedindo sua finalização dentro do período inicialmente estipulado, e terminando por deixar em aberto o prazo para a formação da ALCA. Não cessaram, porém, os apelos da grande imprensa e da chamada “opinião pública” para que o processo se conclua, para que possa ter início a alavancagem das exportações que o bloco irá gerar.

Menos difundidas, mas não menos veementes, são as críticas ao projeto de integração comercial continental. Apresentam-se sob matizes diversos, dos quais podemos destacar as vertentes que afirmam que a ALCA faz parte de um projeto elaborado pelos Estados Unidos para ampliar, recuperar ou consolidar sua dominação sobre o restante do continente americano. O bloco constituiria, assim, parte de um projeto mais amplo, mediante o qual os EUA pretendem perpetuar sua secular política de subordinação dos países latinoamericanos como uma das bases de sustentação de seu poderio mundial.

Uma explicação mais sólida desse histórico poderio estadunidense se dá através da utilização do conceito de hegemonia, adotado por diversos autores, dentre os quais Giovanni Arrighi, que o define, apoiando-se em Gramsci, como “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”<sup>2</sup>. Assim, a hegemonia vai além da “dominação pura e simples”, exigindo ao país hegemônico capacidade de “liderança intelectual e moral”, e combinando, em medidas variáveis, coerção e consentimento.<sup>3</sup>

Existem tanto autores que afirmam a decadência, atualmente, da hegemonia estadunidense, quanto os que acreditam que esta decadência está longe de acontecer, e que os

---

<sup>2</sup> Arrighi, *O longo século XX*, p. 27.

<sup>3</sup> Idem, p. 28.



EUA nunca foram tão poderosos. Sem aprofundar este debate, o fato é que a ALCA seria parte da estratégia dos EUA para recuperar (para os primeiros) ou ampliar (para os últimos) sua hegemonia global.

Por outro lado, seria ingênuo crer que tal projeto de integração hemisférica é apenas uma imposição dos EUA para aprofundar sua dominação. Agir de tal modo significaria ignorar que significativo setores da sociedade se beneficiam da dinamização das exportações, e, como já foi dito, abraçam com ardor a causa da criação do bloco econômico americano. Com efeito, a orientação exportadora é um projeto secular nos países latinoamericanos, e não apenas uma resposta ao estrangulamento do balanço de pagamentos gerado pela crise do padrão de financiamento associado ao modelo de desenvolvimento econômico fundado na substituição de importações. Sua origem confunde-se com a própria expansão colonial européia, e desde então tem assumido diferentes formas, desde a exportação de cana de açúcar e metais preciosos do início do período colonial.

É de se esperar, portanto, que esta origem exportadora tenha ajudado a moldar as estruturas sociais da região. Apenas a título de ilustração, a maioria dos países da região tem a população concentrada, e possuem seus maiores centros econômicos, próximos ao litoral e de portos, em contraste com o relativo vazio demográfico e pouco dinamismo econômico do interior. Ainda como exemplo, praticamente toda a estrutura de transportes brasileira, desde o período colonial, se formou orientada para o escoamento da produção em direção aos portos. Por outro lado, até meados do século XX, mesmo nos países de maior vulto da região, como Brasil e Argentina, os interesses políticos dominantes se confundiam com os interesses das elites exportadoras.

Assim, o tema da ALCA não se restringe simplesmente à redução de barreiras alfandegárias e à liberalização dos fluxos de capitais no continente americano, mas diz respeito à própria orientação do desenvolvimento da América Latina – devendo, portanto, ser objeto de profunda discussão e constante crítica. Este trabalho pretende, portanto, analisar o fenômeno da orientação exportadora da América Latina, discutindo sua origem histórica e suas características atuais, e relacioná-lo à estratégia hegemônica dos Estados Unidos como razões para a implementação de uma área de livre comércio que englobe o continente americano.

## **OBJETIVOS**

### **GERAL**

Investigar, à luz do conceito de economia exportadora, a necessidade, para uma fração da classe capitalista latinoamericana, da implantação da ALCA como forma de dinamizar as exportações.

### **ESPECÍFICOS**

- Explorar o conceito de hegemonia de uma nação frente às outras, especificamente dos EUA sobre os demais países do continente americano;
- Delinear o conceito de economia exportadora, sob a ótica da teoria marxista da dependência, relacionando-o com o conceito de hegemonia;
- Analisar a estratégia da formação do bloco comercial americano, através dos dois conceitos acima citados.

## METODOLOGIA

Como se deve proceder para se analisar as razões que motivam uma fração da classe capitalista da América Latina a considerar de suma importância a formação de um bloco econômico continental como a ALCA? Esta seção pretende ser uma exposição da perspectiva e dos procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste trabalho, sedimentando um conceito de metodologia mais amplo que o normalmente assumido em trabalhos de conclusão de curso de graduação<sup>4</sup>.

Sendo assim, faz-se necessário discutir, antes de tudo, aquilo que é a gênese de qualquer trabalho de pesquisa: o processo de elaboração teórica, sua finalidade e suas limitações.

A teoria, enquanto parte de um processo de construção de conhecimento acerca da realidade, se apresenta através da exposição da realidade concebida pelo pensamento, como um “concreto pensado”, que, diferentemente do “concreto sensível”, ou seja, a realidade tal como é captada pela percepção, possui um sentido, uma estrutura. Partindo do concreto sensível, a mente humana cria abstrações cada vez mais simples, para então – e este deve ser o passo fundamental da ciência – empreender o caminho inverso e construir o concreto pensado, não mais um amontoado caótico de sensações, mas uma síntese de conceitos e categorias em uma estrutura com múltiplas determinações e relações<sup>5</sup>. A elaboração teórica se forma no decurso desse processo, através desses dois modos distintos e simultâneos, que se implicam mutuamente.<sup>6</sup> Conforme Marx,

El todo, tal como aparece en la mente como el todo del pensamiento, es un producto de la mente que piensa y que se apropia el mundo del único modo posible, modo que difiere de la apropiación de ese mundo en el arte, la religión, el espíritu práctico.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Faz-se extremamente necessário ressaltar que esta perspectiva de certo modo inovadora é fruto do trabalho levado a cabo no Grupo de Estudos de Metodologia, que reúne, desde meados de 2004, todos os orientandos do orientador desta monografia. Longe de perfazer um exercício de arrogância intelectual, pretende-se uma abordagem alternativa do papel da metodologia no trabalho de conclusão de curso, no qual o método constitui, realmente, o caminho trilhado pelo pesquisador na construção da pesquisa.

<sup>5</sup> Marx, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*, p. 21.

<sup>6</sup> Ilienkov, *Elevar-se de lo abstracto a lo concreto*, p. 29.

<sup>7</sup> Marx, op. cit., p. 22.

Desta forma, o concreto é simultaneamente o ponto de partida – como concreto sensível – quanto resultado do processo de síntese – como concreto pensado, “síntese de múltiplas determinações, e, portanto, unidade do diverso”<sup>8</sup>.

Apenas a título de ilustração, assinalemos que o presente trabalho, como foi sugerido na apresentação e será melhor demonstrado adiante, parte de uma simples observação da realidade dos países latinoamericanos – especificamente, a importância dada à formação da ALCA, como novo alento à “saída exportadora” para seus problemas econômicos. Buscar-se-á, no decurso da pesquisa, lançar mão de conceitos (ou seja, abstrações), notadamente os de economia exportadora e de hegemonia, para elaborar um quadro estruturado daquela impressão inicial, do qual será possível retirar conclusões e indagações.

Contudo, este trabalho parte da perspectiva materialista de que esta trajetória (concreto sensível - abstrações - concreto pensado) constitui apenas uma parte do processo de conhecimento<sup>9</sup>. Desta etapa de apreensão da realidade pelo pensamento não se pode dissociar a outra, a da ação do homem sobre a realidade, pelo trabalho. De maneira que, enquanto molda a realidade pela ação física (o trabalho), o homem concebe em seu pensamento esta mesma realidade que está recriando. A formação do concreto pensado não existe, pois, independentemente da realidade, e sim possui como sedimento a realidade e sua constante transformação pela ação humana.

Assim, tendo em vista que o processo de elaboração teórica está intrinsecamente ligado à prática, no processo dialético do conhecimento, a teoria não pode ser dissociada da história, pois constitui uma representação mental do produto da atividade humana. De modo que as idéias acerca do homem e da sociedade em um dado momento histórico são, também, um reflexo, elaborado pelo pensamento, da forma em que se organizam as atividades humanas (o trabalho, notadamente) na sociedade naquele período histórico – ou seja, da estrutura econômica, entendida como o conjunto das relações sociais de produção de uma dada sociedade historicamente determinada, que constitui, para o materialismo histórico, o objeto de estudo da ciência econômica.

---

<sup>8</sup> Marx, op. cit., p. 23.

<sup>9</sup> Germer, *A relação abstrato-concreto no método da Economia Política*, p. 7.

A teoria econômica fundada na ideologia liberal, contudo, não capta a historicidade da teoria, e assim confere à sua concepção do homem um caráter natural, inato e atemporal. Desta forma, a organização capitalista da sociedade atual derivaria de características naturais do ser humano, tais como a inclinação à competição, por exemplo. A consequência metodológica principal desta perspectiva é tomar o indivíduo isolado como unidade central do sistema: “o individualismo metodológico expressa, portanto, no terreno do método, a inversão da direção da causalidade que vai da prática material para as idéias”<sup>10</sup>.

Ao assumir o individualismo como premissa metodológica fundamental, a ideologia liberal concebe um sistema como nada mais que um conjunto de partes distintas, que travam relações exteriores entre si. Por exemplo, a sociedade é vista como um conjunto formado por indivíduos, e a dinâmica da sociedade não passaria de uma soma vetorial dos movimentos realizados por suas partes, os homens.

O materialismo histórico, ao contrário, parte do princípio da totalidade, o que significa que confere ao todo uma importância muito maior que meramente a soma das partes<sup>11</sup>. A sociedade, enquanto conjunto de homens que se relacionam na prática mediante relações sociais históricas de produção, não é um simples agregado de indivíduos, mas uma estrutura, em que cada elemento individual adquire seu significado em função do todo do qual é parte<sup>12</sup>.

Não obstante, a totalidade não possui validade apenas no sentido epistemológico, da “prioridade lógica do todo sobre as partes” de que já falava Hegel, mas possui um caráter real, ontológico, que possibilita – e exige – esse valor epistemológico. De fato, a sociedade, objeto de estudo de qualquer ciência social, constitui, em si, uma totalidade, que se estrutura sobre as relações de produção, mas que não pode ser resumida a estas. A sociedade capitalista ilustra perfeitamente essa proposição, na medida em que sua formação histórica se deu através da criação de um mercado mundial. A conformação e expansão do capitalismo só foi possível em virtude da expansão ultramarina européia e das condições de acumulação primitiva criadas, ao mesmo tempo em que engendrou este mesmo processo.

Essa relação dialética se aplica ao próprio processo de elaboração teórica, na medida em que, para uma ciência social, o objeto de estudo – a sociedade – é também o sujeito que o

---

<sup>10</sup> Idem, p. 19

<sup>11</sup> Silva, *Lukacs y el concepto de totalidad*, p. 11: “La categoría de totalidad, el dominio omnilateral y determinante del todo sobre las partes, es la esencia del método que Marx tomó a Hegel y transformó de manera original para hacer de él el fundamento de una nueva ciencia”.

estuda. A subjetividade cognoscente coincide e se confunde com a objetividade cognoscida, transformando o processo de conhecimento em uma totalidade. Para compreender esta totalidade, portanto, é necessário adotar o ponto de vista da totalidade; o critério epistemológico se identifica com o ontológico – o da relação das partes com o todo, que lhes confere um sentido que não pode ser captado em sua plenitude analisando-as isoladamente<sup>13</sup>.

A adoção da categoria totalidade como perspectiva balizadora e estruturante do método possui, no processo de elaboração da presente pesquisa, três consequências teóricas imediatas. Em primeiro lugar, como já foi mencionado, é fundamental à elaboração teórica não extirpar seu caráter histórico. Assim, constitui um equívoco muitas vezes perigoso olvidar a historicidade da teoria, pretendendo um arcabouço de idéias cuja validade seria eterna e independente de verificação histórica. A já discutida fundamentação prática do processo de conhecimento significa, pois, que apenas a *praxis* histórica nos permite verificar a validade de uma teoria: “a totalidade da história é o fundamento último e real da realidade dos fatos singulares, de sua facticidade, e, portanto, também de sua cognoscibilidade”<sup>14</sup>.

Note-se, todavia, que esta ressalva não implica de modo algum na adoção de um empirismo desmesurado e inócuo, no qual os fatos explicariam por si só a realidade. Como já foi discutido acima, a realidade sensível serve de substrato à elaboração teórica, mas de nada serve sem sua apreensão pelo pensamento através de sua decomposição em conceitos e a posterior construção do concreto pensado.

Por outro lado, a consciência da historicidade da teoria exige, para a compreensão da totalidade do fenômeno estudado, que a análise seja realizada em uma perspectiva histórica que abarque aquela totalidade. Em se tratando de um estudo de um fenômeno social, isto implica, via de regra, na adoção de um horizonte temporal mais extenso, sob pena de se mutilar o objeto de estudo, não o captando integralmente. No caso em questão no presente trabalho, por exemplo, para compreendermos a opção exportadora, não podemos nos eximir de pesquisar suas origens, analisando a América Latina desde suas raízes coloniais. Não é o que acontece na maioria das abordagens sobre o tema, que geralmente afirma que a orientação exportadora latinoamericana, em particular a do Brasil, possui cerca de duas décadas, e tem sua origem na situação de estrangulamento do balanço de pagamentos gerada pela crise do

---

<sup>12</sup> Idem, p. 20.

<sup>13</sup> Idem, p. 14.

<sup>14</sup> Lukács, *História e consciência de classe*, p. 174.

padrão de financiamento do modelo de crescimento que floresceu desde o pós-guerra até meados da década de 1970.

A segunda implicação metodológica da adoção da perspectiva da totalidade é a necessidade de refletir sobre a possibilidade de se produzir uma teoria “econômica”, destinada a investigar um “fator econômico” isolado de outras áreas da realidade social. Esta crítica à departamentalização da ciência em disciplinas isoladas que, quando muito, se tangenciam, baseia-se nesta percepção da economia não como um fator isolado que pode ser pinçado e examinado independentemente, mas como a estrutura sobre a qual se constrói o todo complexo da sociedade. Segundo Kosik,

Compreender o significado da economia como estrutura econômica da sociedade e ao mesmo tempo como ciência de tais relações significa elucidar o caráter da economia: a economia não é o fator do desenvolvimento social e a ciência da economia não é, portanto, a ciência deste fator.<sup>15</sup>

Desta forma, estudar determinações econômicas pretensamente isoladas torna-se tarefa pouco útil, não obtendo sucesso em perpassar o manto ideológico da aparência fenomênica – e, portanto, não possuindo o caráter científico aqui mencionado.

Podemos examinar um exemplo célebre na discussão acerca do comércio internacional. O Tratado de Methuen, firmado entre Portugal e Inglaterra em 1703, é freqüentemente utilizado para ilustrar a teoria das vantagens comparativas<sup>16</sup>, como um caso exemplar em que dois países acordaram abrir mão da produção de um artigo na qual são menos eficientes – vinho, no caso da Inglaterra, e tecidos, para Portugal – para adquiri-lo exclusivamente do outro.

Esta análise “econômica” do Tratado, contudo, é pouco esclarecedora, por ocultar toda uma trama política de interesses entremeados. Àquela época, Portugal havia firmado um acordo com as aliadas França e Espanha, em detrimento de Holanda e Inglaterra. Somente

---

<sup>15</sup> Kosik, *Dialética do Concreto*, p. 101.

<sup>16</sup> Em linhas gerais, essa teoria, idealizada por David Ricardo, postula que um país deve concentrar seus esforços especializando-se apenas na produção da mercadoria em que consegue alcançar maior produtividade, importando as demais dos países em que a produção de cada mercadoria obtenha maior produtividade em relação aos demais produtos, gerando um aumento da produtividade no conjunto dos países envolvidos no comércio internacional. Ver, para isso, Ricardo, *Princípios de Economia Política e tributação*, cap. VII.

após um longo período de pressão política destas últimas, Portugal voltou atrás, sob pena de perder seus domínios coloniais frente ao poderio naval da aliança anglo-holandesa<sup>17</sup>.

Por outro lado, deve-se ter em mente, ao analisar o Tratado, os interesses individuais também em jogo. Dois dos principais negociadores portugueses – o duque de Cadaval e o marquês de Alegrete – eram proprietários fundiários e produtores de vinho. Ao mesmo tempo, um número crescente de comerciantes ingleses residia em Portugal e prosperava com o comércio de vinho, dentre os quais o irmão de John Methuen, principal articulador inglês do tratado<sup>18</sup>.

Assim, o Tratado de Methuen ganha nova significação ao ser novamente inserido em seu contexto histórico, em meio à grande perturbação política no período da sucessão espanhola na transição do século XVII para o XVIII, e ao se considerar os interesses políticos envolvidos no processo. A falácia em que se incorre ao considerar apenas o “aspecto econômico” do fenômeno social é fruto da reificação engendrada pelo capitalismo, que tende a transformar em mercadoria todas as manifestações sociais e mercantilizar todas as relações, produzindo o aparente primado das relações econômicas. Contudo, o que interessa, em última instância, não é o “econômico”, mas o fato de que o econômico foi a forma escolhida pela história para apresentar-se e se tornar-se visível como totalidade<sup>19</sup>.

Finalmente, a terceira consequência da abdicação do individualismo metodológico em favor do conceito de totalidade traduz-se na necessidade de se abandonar, no estudo das relações econômicas entre países, o conceito de economia nacional como unidade de análise, e se adotar uma perspectiva sistêmica, na qual as partes (as economias de determinadas regiões ou países, com suas características peculiares) existem e assumem seu significado somente em função do todo, de modo análogo ao já discutido acerca da relação entre a sociedade e os indivíduos que lhe fazem parte. Deste modo, no presente trabalho, quando se refere, por exemplo, à “economia latinoamericana”, não significa que se está considerando-a uma unidade de análise isolada, mas sim que se irá expor ou discutir alguns aspectos ou características que assume uma parte – a América Latina – em função do todo, o capitalismo mundial.

---

<sup>17</sup> Ver Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, cap. 1, seção 1.3.

<sup>18</sup> Idem, p. 37.

<sup>19</sup> Silva, op. cit., p. 19



Tal como ocorre em relação ao horizonte temporal, a maioria das análises mais difundidas não adota esta unidade sistêmica, mas sim o conceito de economia nacional, e se propõem, quando muito, a analisar suas relações com as “economias estrangeiras” e os efeitos que o “setor externo” causa sobre o funcionamento da economia do país. Não por acaso, a obra que inaugura o que se convencionou chamar “economia política”, de Adam Smith, filósofo inglês do século XVIII, uma das figuras centrais da ideologia liberal, denomina-se “A riqueza das nações”. Seu legado se estende sobre os séculos e ajudou a moldar não só a concepção do senso comum sobre o estudo da economia, mas a própria ciência econômica liberal dominante nos dias atuais, na qual o conceito de economia nacional é basilar, ao passo que a “economia internacional” nada mais é que um “fator externo”, originado pelas relações, sobretudo mercantis, travadas entre as economias nacionais.

Contudo, um exame atento da História nos demonstra que o mercado mundial não pode ser visto como um resultado de relações entre economias circunscritas a unidades políticas distintas. Ao contrário, o sistema de trocas internacionais precede a formação dos Estados nacionais modernos, e a consolidação do capitalismo em escala global assume uma importância fundamental naquele processo. Deste modo, presumir a existência de uma economia nacional individual, que apenas trava relações com outras, também individuais e externas àquela, significa lançar mão de “uma hipótese heróica e uma violência ideológica”, que possui suas raízes históricas sobretudo no processo de consolidação da Grã-Bretanha como potência mundial, no século XVIII, no qual as teorias liberais da economia política clássica foram fundamentais<sup>20</sup>. Deste modo, esta perspectiva não é capaz de assimilar, como fez Marx, o fato de que o capitalismo é resultado de um processo histórico que é, em si, uma totalidade, e, portanto, sua dinâmica só pode ser corretamente compreendida do ponto de vista dessa totalidade.

Sendo assim, uma análise que pretenda desvelar as intenções e estratégias delineadas tanto pela potência hegemônica representada pelos Estados Unidos quanto por uma fração da classe dominante latinoamericana, que têm como objetivo comum a formação de uma área de livre comércio continental, deve partir da perspectiva da totalidade do capitalismo mundial, abandonando o individualismo metodológico fundado na economia nacional em favor de uma unidade de análise sistêmica.

---

<sup>20</sup> Dos Santos, *World Economic System: on the genesis of a concept*, p. 460.

## **CAPÍTULO 2: A ALCA COMO PROJETO HEGEMÔNICO ESTADUNIDENSE**

### **2.1. OS ESTADOS UNIDOS NO CENTRO DO MUNDO**

Uma das abordagens possíveis sobre o tema da ALCA a conceitua como um projeto, capitaneado pelos Estados Unidos, muito mais profundo e abrangente que uma simples área de livre comércio, que visa a reafirmação do poderio daquele país frente às nações da América Latina, e, por extensão, diante de todos os países do globo. Esta análise, sem dúvida, parece corroborada pelo fato de que o embrião do projeto que viria a se denominar Área de Livre Comércio das Américas foi concebido pelos EUA no seio de uma estratégia ampla chamada “iniciativa para as Américas”, no início dos anos 1990, e inicialmente gestada pelo governo estadunidense, até sua apresentação definitiva na cúpula das Américas em Miami.

Tal perspectiva, a primeira vista, coaduna perfeitamente com o que se observa no cenário internacional; um exemplo sempre rememorado é a incomensurável superioridade militar estadunidense. Tal posição ainda não parece passível de mudança, dado que os EUA gastam na manutenção de seu complexo militar mais que todos os outros países juntos, e sua capacidade de ação militar alcança qualquer ponto do globo.

Além disso, pode-se citar a desmesurada influência ideológica e cultural, em sentido amplo, que os EUA exerceram, ao longo do século XX, sobre os demais países. Sua cultura, língua (ainda que herdada dos ingleses), comida, música e demais artes, dominadas pela chamada “indústria cultural”, espalham-se pelo globo, atingindo mesmo países antes distantes da influência eurocêntrica, como os do extremo oriente. Sem embargo, não se deve deixar de notar a crescente parcela de críticas ao poderio e à influência dos Estados Unidos, desde o fim da década de sessenta, devido a um conjunto de fatores que vão desde a crise gerada pelo fiasco no Vietnã até a recente onda de descrença no sistema eleitoral estadunidense deflagrada pelas suspeitas de fraude nas eleições presidenciais de 2000.

No campo da política internacional, a superioridade estadunidense, se chega a ser questionada, parece incontestável e insuperável. A capacidade dos Estados Unidos de impor seus interesses políticos sobre diversos países tem assumido diversas formas desde o fim da II Guerra, mas sempre se encontra alicerçada em seu poderio militar e econômico. Um exemplo

a ser ressaltado é o ciclo de ditaduras militares em vários países da América Latina nas décadas de sessenta a oitenta, às quais os EUA garantiram apoio e financiamento. A prática de fomentar regimes políticos favoráveis aos interesses estadunidenses, com efeito, foi extensamente utilizada, e não apenas na América Latina, mas também na Ásia, África e mesmo na Europa.

Atualmente, o *locus* privilegiado dos EUA na política internacional encontra-se respaldado em organismos teoricamente multilaterais, dos quais se destaca o Fundo Monetário Internacional, sob a égide da ONU. Através da imposição de condicionalidades para a obtenção de aportes financeiros, o FMI (do qual os EUA são o maior financiador, tal como ocorre na ONU) consegue alterar o direcionamento de políticas nacionais de diversos países, em especial da política econômica.

À supremacia política estadunidense se associa a superioridade econômica. Através de organismos como o já citado FMI, o Banco Mundial e a OMC, bem como por meio de acordos bi e multilaterais, os EUA buscam implementar um sistema econômico internacional em todos os países reduzam os entraves à livre circulação de bens, serviços e capital (mas não de trabalhadores), porém sem abrir mão da proteção de setores da economia estadunidense que sejam ameaçados pela concorrência estrangeira. De fato, a ALCA faz parte desta estratégia, como já foi sugerido.

Um outro aspecto da dita superioridade estadunidense advém do fato de que este país possui o monopólio, ao menos oficialmente, da emissão e do controle do meio de pagamento mais amplamente aceito nas transações internacionais: o dólar.<sup>21</sup> Este domínio sobre a moeda de troca global permite aos EUA uma posição *sui generis* na hierarquia econômica internacional, visto que pode importar continuamente e pagar com a moeda que ele mesmo emite.<sup>22</sup> Este aspecto é fundamental na discussão sobre a ALCA, e, apesar de não fazer parte dos objetivos deste trabalho, deve ser discutido mais profundamente, pois por si só implica na criação de uma área de livre comércio estruturalmente desigual devido ao fato de que apenas um país teria a capacidade de emitir a moeda de troca do bloco.

---

<sup>21</sup> Para isto ver Arrighi, *O longo séc. XX*, cap. 4; Tavares, *A retomada da hegemonia norte-americana*, pp. 31-37.

<sup>22</sup> Por outro lado, a capacidade dos EUA de serem estruturalmente deficitários em sua balança comercial levanta uma questão interessante na discussão sobre a “economia exportadora”, por opor-se à colocação de que um país deve exportar com exuberância para ser economicamente forte, e que uma das medidas do bom desempenho econômico de um país é o saldo positivo da balança comercial.

Com efeito, existem autores que sustentam que um dos pilares da hegemonia estadunidense, e de sua retomada a partir de meados da década de 1980, consiste na posição privilegiada do dólar como moeda padrão internacional, e que esta preponderância do dólar foi engendrada pela política de valorização cambial levada a cabo pelos Estados Unidos a partir de 1979 que colocou fim a um período de cerca de duas décadas em que sua moeda ia perdendo sua posição central no sistema financeiro internacional.

A formação e expansão, a partir de meados da década de 60, do chamado euromercado, com o desenvolvimento das transações denominadas em dólar fora dos Estados Unidos – e, portanto, longe do controle das autoridades monetárias estadunidenses – tomou proporções desmesuradas após as chamadas “crises do petróleo” e o fim oficial da paridade dólar-ouro instaurada pelo acordo de Bretton Woods. O aumento da liquidez internacional e das transações financeiras, sobretudo interbancárias, nas praças localizadas fora do território estadunidense, lideradas pela *city* de Londres, mas cada vez mais dispersas, minavam progressivamente a capacidade do dólar de figurar como a moeda de reserva internacional, anunciando o que seria o fim do padrão financeiro vigente até então, liderado pela moeda dos EUA, e, portanto, sujeito ao controle daquele país.<sup>23</sup>

Frente a essa situação de declínio do poder de sua moeda, os Estados Unidos, inicialmente através do presidente do Federal Reserve Bank durante o governo Carter, Paul Volcker, iniciaram uma estratégia destinada a retomar a posição central do dólar no sistema financeiro internacional. Mediante uma política cujo ponto central era a elevação drástica da taxa de juros, os EUA declaravam ao mundo que não iriam tolerar a deterioração de sua moeda e a perda da posição privilegiada de detentores da moeda de reserva internacional. Desenhava-se, então, uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional, na qual o dólar passava a ser a moeda de referência, porém sem nenhum tipo de lastro real.

Assim, o FED assumia o papel de “banco central mundial”, visto que possuía o poder de fixar o valor da moeda internacional através do controle da taxa de juros interna dos EUA. Além disso, por serem capazes de emitir a unidade monetária internacional de referência, as autoridades monetárias estadunidenses passaram a poder financiar livremente os gastos de seu governo, alimentando um déficit público até então incomensurável, que possuía o duplo papel de sustentar a superioridade político-militar dos Estados Unidos e atrair um volume crescente

---

<sup>23</sup> Tavares, op. cit., p. 32.

de capitais antes dispersos ao redor do globo. Por outro lado, isto obriga os demais países a praticar políticas macroeconômicas restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a posição deficitária dos EUA<sup>24</sup>. Em suma, os Estados Unidos passaram a ditar as regras da política econômica mundial, e o FED se tornou o “poder que administra e arbitra os fluxos financeiros mundiais, os conflitos de interesse entre blocos de capitais e Estados, e que promove ativamente a homogeneização das políticas econômicas dos países mais frágeis”<sup>25</sup>.

Não se deve olvidar os efeitos nefastos dessa política sobre a economia mundial: “essa diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão contínua”<sup>26</sup> – ou, mais precisamente, num período de crescimento lento e baixas taxas de lucros<sup>27</sup>. Os efeitos da nova política estadunidense foram ainda mais trágicos para a América Latina, cuja dívida externa, gigantesca e com o crescimento já exponencializado pelas crises do petróleo, passou a se tornar ainda mais insustentável, visto que se por um lado suas taxas de juros aumentavam junto com a dos EUA, a nova posição deste país como principal pólo de atração dos capitais internacionais tornou virtualmente impossível aos países latinoamericanos contrair novos empréstimos para financiar sua dívida.

Ainda assim, mesmo após ter se findado o “choque de juros” iniciado por Volcker, o dólar manteve sua posição central, e continuou a funcionar como “referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de referência máxima do sistema”<sup>28</sup>.

Estas considerações levam esses autores a sustentar a tese de que a hegemonia estadunidense, após a crise engendrada pela desestruturação do padrão de crescimento da “época de ouro” do pós guerra, volta a ser retomada a partir do final da década de 1970, sustentada, no plano geoeconômico, pela “diplomacia do dólar” acima delineada, e, no plano geopolítico, pela “diplomacia das armas”, baseada em gastos militares contínuos e crescentes.

Faz-se necessário, pois, tecer considerações acerca do conceito de hegemonia que alicerça essa proposição. Segundo Tavares, “a questão da hegemonia é muito mais complexa do que os indicadores econômicos mais evidentes são capazes de demonstrar”, e não se resume à capacidade dos EUA de manter a valorização de sua moeda e o dinamismo de sua

---

<sup>24</sup> Idem, p. 36.

<sup>25</sup> Fiori, *Depois da retomada da hegemonia*, p. 14.

<sup>26</sup> Tavares, op. cit., p. 33.

<sup>27</sup> Caputo, *La economía de EEUU y de América Latina en las últimas décadas*, p. 93.

taxa de crescimento; tampouco se refere meramente ao maior poderio econômico e militar da potência dominante, “mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários”<sup>29</sup>. Ou seja, refere-se à capacidade de um determinado país, por meio de sua superioridade econômica e político-militar, de impor aos demais países seus interesses políticos e suas estratégias de desenvolvimento.

Deve-se observar, contudo, que tal perspectiva fundamenta-se na idéia de que a hegemonia é uma situação transitória experimentada por um determinado Estado nacional frente a outros, que também buscam constantemente expandir o poder e os limites de sua economia nacional, dando impulso e sustentação a um “processo de internacionalização ou globalização do capitalismo [que foi] uma obra de *estados e economias nacionais* que tentaram ou conseguiram impor ao resto do Sistema Mundial o seu poder soberano, a sua moeda, a sua dívida pública e o seu sistema de tributação, como lastro de um sistema monetário internacional transformado no espaço privilegiado de expansão do seu *capital financeiro nacional*”<sup>30</sup>.

Podemos observar com clareza, pois, que a unidade de análise adotada por esse enfoque é o estado-nação, a economia nacional. O “sistema mundial” mencionado seria, então, o conjunto dos Estados soberanos e individuais, que travam relações exteriores entre si. Entretanto, este atomicismo metodológico constitui a fraqueza dessa abordagem, visto que, ao concentrar-se no estado e na economia nacional, escapa-lhe a percepção da dimensão sistêmica, inscrita na perspectiva metodológica que o presente trabalho se propõe a adotar, que compreende o capitalismo mundial como uma totalidade orgânica. Por prescindir da unidade de análise sistêmica, os autores supracitados enxergam o conceito de hegemonia como a “capacidade de enquadramento” ou de “imposição” dos atributos de sua economia nacional frente aos demais países.

Assim, é indispensável, para que nossa análise não falte em coerência metodológica, examinar uma perspectiva teórica que seja capaz de alinhar o conceito de hegemonia a um substrato conceitual que parta de uma unidade de análise sistêmica, em que o capitalismo mundial possa ser compreendido como uma realidade em si mesmo, precedente às relações entre países ou economias individuais. Com efeito, a chamada “análise dos sistemas-mundo”,

---

<sup>28</sup> Tavares & Melin, *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana*, p.64.

<sup>29</sup> Tavares, op. cit., p. 28.

<sup>30</sup> Fiori, *Formação, expansão e limites do poder global*, p. 19 (grifo nosso).

desenvolvida e adotada por diversos autores, dos quais destacaremos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, parte de um ponto de vista sistêmico para construir sua análise da dinâmica do capitalismo enquanto sistema social histórico, e seu arcabouço teórico reserva ao conceito de hegemonia uma posição deveras importante (sobretudo na análise dos ciclos sistêmicos de acumulação, que discutiremos mais adiante). Devemos, pois, examiná-la mais atentamente.

## 2.2. DO SISTEMA-MUNDO À HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

O conceito de *sistema-mundo*, cunhado por Wallerstein, carrega direta influência das idéias de Braudel, sobretudo de sua concepção de História, que exige, para sua compreensão, a adoção de uma nova noção de tempo (a *longue durée*, longa duração) e de espaço. Wallerstein abandona, como unidade de análise, os países e unidades políticas distintas e independentes; em seu lugar, adotou o conceito de *sistema-mundo*, sistemas sociais históricos delimitados não por fronteiras políticas formais, mas pelo fato de serem, cada um deles, como que um mundo individual, posto que não travava – ou não necessitava de – relações com os demais. Em cada sistema-mundo, suas partes, isto é, os países ou qualquer outra unidade política tida como independente, não possui existência isolada, mas existe em função de suas relações com as demais partes.

Por outro lado, em contrapartida ao fato de que o sistema se caracteriza por suas relações internas intrínsecas, sua existência histórica é “auto-centrada”, baseada em dinâmicas internas. Wallerstein ilustra o conceito mediante uma hipótese contrafactual: um sistema-mundo é caracterizado na medida em que, ao se interromperem possíveis relações externas, sua dinâmica de funcionamento permanece basicamente inalterada.<sup>31</sup> Ou seja, o sistema-mundo é virtualmente independente do seu exterior.

Deste modo, o mundo (ou, mais adequadamente o sistema-mundo) não seria um conjunto de unidades políticas individuais, isoladas e exteriores entre si, e sim uma totalidade complexa, na qual as partes constroem sua existência e significado mediante as relações travadas entre si e com o todo. Essa totalidade é histórica, no sentido em que é determinada no

---

<sup>31</sup> Wallerstein, *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, p. 347.

espaço (abrange uma porção definida do globo, ainda que não fixa) e no tempo (possui uma duração, uma evolução, estende-se por um período temporal definido).

A delimitação histórica (isto é, espaço-temporal) de um sistema-mundo se dá pelo conjunto das relações de produção que constituem uma determinada forma de divisão social do trabalho, não apenas funcional, mas também geográfica. Desta forma, as “fronteiras”, no espaço e no tempo, de um sistema-mundo específico são delineadas pela área de abrangência de um determinado modelo de divisão social do trabalho e por sua duração. Essas fronteiras, como sublinha o autor, são essencialmente fluidas, alteram-se repetidamente, na medida em que, em seu desenvolvimento, um sistema-mundo pode expandir-se e até mesmo abarcar um ou mais sistemas exteriores a si.

Deve-se sublinhar o fato de que esta análise afasta-se radicalmente de quase todas as abordagens produzidas tanto pelo pensamento liberal quanto pelo marxismo ortodoxo, visto que subvertem a unidade de referência, abandonando o conceito de país, “unidade política”, e adotando o conceito de “sistema” como unidade padrão. Por extensão, a adoção desta perspectiva exige o abandono do conceito de “economia nacional” como unidade central da análise econômica, tendo em vista que as relações de produção também se desenrolam no seio do sistema como um todo, ultrapassando as fronteiras das unidades políticas isoladas.

A título de ilustração, podemos citar como arquétipo da análise de cunho liberal que toma a nação e a economia nacional como unidade de análise as teorias desenvolvimentistas, que dominaram o pensamento econômico (e, conseqüentemente, grande parte das estratégias de ação política) na América Latina nas décadas de 1950 e 60. Estas teorias baseavam-se na tentativa de identificar países ou regiões tidos como “subdesenvolvidos”, em oposição aos “desenvolvidos”. Uma vez identificados, buscava-se arrolar os fatores determinantes do sucesso destes e do atraso daqueles, para construir ações políticas destinadas a aproximar os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos, através de táticas que objetivavam a aceleração do curso do desenvolvimento. Tal perspectiva teórica deu subsídio à formação de uma ideologia desenvolvimentista que grassou no discurso político latinoamericano em meados do século XX; um exemplo tão explícito que já se tornou lugar-comum mas permanece útil é o do governo de Juscelino Kubitschek e seus “cinquenta anos econômico em cinco” de desenvolvimento econômico.



No outro lado do pensamento econômico, mas incorrendo na mesma deficiência de análise, podemos encontrar o marxismo ortodoxo, em grande medida influenciado pela União Soviética e pelos Partidos Comunistas, que, ao examinar as características das sociedades latinoamericanas, enxergavam a existência de regiões “não-capitalistas”, baseadas em formas econômicas semi-feudais, visto que as relações de produção não possuíam como base a relação de assalariamento entre o trabalhador livre e destituído dos meios de produção e o proprietário dos meios de produção, mas sim em formas de trabalho forçado, escravo ou servil, mediante coerção física.

Como argumenta Wallerstein<sup>32</sup>, a incorreção de ambas as abordagens é ensejada pela incapacidade em adotar uma unidade de análise adequada, que compreenda a totalidade das relações de produção e da divisão de trabalho. Como afirma o autor, a respeito da análise marxista:

In Latin America, then and to some extent still now, laborers were not proletarians, but slaves or “serfs”. If proletariat, then capitalism. Of course. To be sure. But is England, or Mexico, or the West Indies a unit of analysis? Does each have a separate “mode of production”? *Or is the unit (...) the European world-economy, including England and Mexico, in which case what was the “mode of production” of this world-economy?*<sup>33</sup>

A única unidade de análise capaz de evitar tais confusões seria, portanto, a única que abarca a totalidade da divisão de trabalho estudada; em ambos os casos, o sistema-mundo capitalista.

Com efeito, com o intuito de sanar essa miopia analítica, Wallerstein delineou os conceitos de sistema interestatal e de economia mundo. Para compreendê-los, devemos partir da diferenciação entre sistemas relativamente pequenos e realmente autônomos, via de regra sociedades tribais baseadas na economia de subsistência e culturalmente isoladas, e dos sistemas-mundo propriamente ditos, relativamente maiores, que se caracterizam por basear sua

---

<sup>32</sup> Este debate pode ser encontrado em Wallerstein, *The rise and future demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis*, pp. 75-79.

<sup>33</sup> Wallerstein, op. cit., p. 78, grifo nosso. Em uma tradução livre: “Na América Latina, à época e em certa medida ainda hoje, os trabalhadores não eram proletários, mas escravos ou servos. Se há proletários, então há capitalismo. Claro. Com certeza. Mas seriam a Inglaterra, o México ou as Índias Ocidentais uma unidade de

unidade em uma divisão de trabalho relativamente complexa, e, paralelamente, por abarcar uma multiplicidade de culturas.

Os sistemas-mundo compreendidos nesta última definição podem ser, por sua vez, divididos em dois tipos historicamente distintos. De um lado, aqueles nos quais sua unidade, a coesão de sua divisão de trabalho e a coexistência do amálgama de culturas que os compõem, se dá pela existência de um sistema político único, um governo que rege, por diferentes formas, mais ou menos coercitivas, a totalidade do sistema – ou seja, um império; são, portanto, denominados “impérios-mundo”.

Em oposição, podemos identificar as *economias-mundo*, sistemas-mundo nos quais não existe um sistema político único, e a coerência da divisão do trabalho se sustenta na interdependência econômica alicerçada em um sistema de trocas que transcende e transpõe as fronteiras das unidades políticas. Estas últimas, como veremos, compõem o que Wallerstein chama de “sistema interestatal”, cuja existência está intrinsecamente entremeada à economia-mundo.

Devemos ressaltar que a economia-mundo capitalista – que abarca, em última instância, o objeto de estudo deste trabalho, e por isso deve ser analisada mais profundamente – foi, historicamente, a primeira economia-mundo a subsistir por um longo período (cerca de cinco séculos até agora, segundo a perspectiva de Wallerstein) sem se tornar (ou ser absorvida por) um império-mundo; além disso, expandiu-se, englobando virtualmente todos os demais sistemas anteriormente exteriores, e abarcando, como podemos observar atualmente, a totalidade da superfície do planeta – formando um verdadeiro *sistema mundial*. Com efeito, compreender esta superioridade (atestada pela sua abrangência e durabilidade) enquanto forma de organização social, sua origem e dinâmica, é um dos objetivos do arcabouço teórico delineado por Wallerstein e outros autores que adotam a perspectiva centrada na análise dos sistemas-mundo.

De maneira a compreender as análises baseadas na perspectiva dos sistemas-mundo, tais como a de Wallerstein e Arrighi, e, mais especificamente, acerca da economia-mundo capitalista, é necessário esclarecer o conceito de *capitalismo* adotado por essa vertente. De fato, sua visão difere daquela adotada pelo marxismo tradicional, de que “capitalismo” é um

---

análise? Teria cada uma delas um “modo de produção” próprio? Ou seria essa unidade a economia-mundo européia, incluindo Inglaterra e México, e neste caso qual seria o “modo de produção” desta economia-mundo?”

modo de produção baseado (como já dissemos) na relação entre o trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de salário e o proprietário dos meios de produção que extrai a mais-valia. Esta perspectiva, segundo esses autores, é válida para períodos e regiões específicas dentro da história da economia-mundo capitalista, a saber, os períodos e locais em que se observa o predomínio da produção industrial. Não obstante, a análise dos sistemas-mundo considera que o capitalismo não se resume a isso; ao contrário, o que caracteriza sua concepção de capitalismo é a produção para a troca, em que o objetivo central é obter o maior lucro possível<sup>34</sup>. Assim, do mesmo modo em que a produção industrial é uma *forma específica* adotada pelo capitalismo em *momentos históricos definidos*, também o são a produção agrícola destinada ao mercado mundial observada nas colônias a partir do século XVI e a exploração financeira observada no período conhecido como imperialismo na transição entre os séculos XIX e XX, conforme será discutido mais profundamente adiante.

Esta formulação do conceito de capitalismo fundamenta-se no conceito desenvolvido por Fernand Braudel<sup>35</sup> da divisão, em três “camadas” ou “esferas” da vida econômica. A camada inferior, denominada “vida material”, constitui-se daquelas atividades cotidianas, corriqueiras, quase inconscientes, da subsistência e da rotina. Por exemplo, a vida de um camponês, norteadas por técnicas e padrões de conduta cujas origens escapam-lhe à compreensão, e que mudam tão lentamente que podem ser considerados praticamente estáticos, imutáveis.

O nível intermediário desta estrutura tripartite é o da economia de mercado, e fundamenta-se nas trocas, nas relações interpessoais mediadas pelo valor de troca. Neste “andar” da vida econômica encontram-se as atividades tradicionalmente apontadas como objeto de estudo das teorias econômicas, desde Adam Smith, tais como os mercados teorizados por Alfred Marshall.

Acima desta esfera intermediária, aí sim, podemos encontrar o capitalismo, a “camada superior”, onde os “jogos das trocas” são conduzidos constantemente por instrumentos tidos como “extra-econômicos”, tais como a coerção e o monopólio, com o objetivo primordial de se extrair a maior parte do excedente, de se obter os melhores ganhos, o maior lucro possível. Neste “andar superior” a concorrência cede espaço aos mecanismos “extra-mercado”, à troca

---

<sup>34</sup> Idem, p. 83.

<sup>35</sup> Para isso, ver Braudel, *A dinâmica do capitalismo*.

desigual, manipulada por fatores como o poder militar e o favoritismo político. Neste sentido, pois, a análise dos sistemas-mundo representa uma ruptura bastante radical frente às teorias fundadas no pensamento econômico clássico e neoclássico. Naquela concepção, o capitalismo nega o mercado, e busca por todos os meios possíveis manejá-lo conforme seus interesses.

Deste modo, tendo em vista que tais mecanismos “não econômicos” operados por entes políticos – os Estados nacionais e seu aparato burocrático-militar – são, na esfera superior do capitalismo, essenciais para a reprodução econômica, tem-se que a associação entre o capitalista e o Estado é fundamental para a perpetuação de ambos. Nas palavras do próprio Braudel: “[o] capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”<sup>36</sup>.

Não obstante, para que os capitalistas pudessem fazer uso, de modo frutífero para seus interesses, do poder dos Estados a que estavam associados e de seus instrumentos extra-mercado, foi necessário que houvesse um relativo e oscilante equilíbrio de poder entre os estados, uma competição não exacerbada. Não seria conveniente aos capitalistas que um Estado apenas dominasse toda a extensão da divisão do trabalho, o que caracterizaria um império-mundo. Contudo, a competição interestatal não pode ser demasiado intensa, sob pena de impedir que os capitalistas obtenham as vantagens propiciadas pelos Estados:

(...) quando a competição interestatal assume a forma de intensos e prolongados conflitos armados, os custos dessa competição para as empresas capitalistas podem exceder os custos do governo centralizado que elas teriam de suportar num império mundial. Nessas circunstâncias, ao contrário, a lucratividade dos capitalistas pode muito bem ser minada e acabar sendo destruída por um desvio cada vez maior de recursos para a iniciativa militar, e/ou por um desmantelamento cada vez maior das redes de produção e troca através das quais as empresas capitalistas se apropriam dos excedentes e os transformam em lucros.<sup>37</sup>

Deste modo, a forma de organização política mais adequada, segundo os interesses capitalistas, seria uma “ordem anárquica”<sup>38</sup>, ou seja, um esquema em que inexiste um governo

---

<sup>36</sup> Idem, p. 70.

<sup>37</sup> Arrighi, *O longo Século XX*, p. 32.

<sup>38</sup> Idem, p. 30.

central, porém há um relativo – sobretudo assimétrico – equilíbrio de poder entre as distintas unidades políticas.

Assim, o florescimento da economia-mundo capitalista se dá em consonância com o desenvolvimento concomitante de um sistema de Estados-nações formalmente independentes e juridicamente soberanos: o *sistema interestatal*. Essa relação se dá em ambos os sentidos. Os capitalistas associados a um determinado Estado necessitam que este seja suficientemente forte para poder manipular o mercado – alterando, por diversas vias que vão desde a diplomacia até o uso do poder militar, o funcionamento da lei do valor no âmbito do sistema – de acordo com seus interesses, de maneira que procuram apoiar a sua formação e consolidação. Invertendo-se o prisma da análise, os Estados precisam atrair para o interior de suas fronteiras a maior parcela possível do excedente mundial, de modo a poder manter seu funcionamento e atingir seus interesses políticos.

De modo a compreender a dinâmica do desenvolvimento conjunto da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal, especialmente tendo-se em vista os objetivos do presente trabalho, é necessário examinar com mais cuidado o funcionamento da divisão de trabalho, sobretudo em sua dimensão geográfica. Já mencionamos que a característica que define uma economia-mundo é o fato de que, no lugar de um sistema político centralizado, o que determina a unidade de sua divisão de trabalho é a interdependência econômica consubstanciada em um vasto sistema integrado de trocas que perpassa as fronteiras das unidades políticas formalmente independentes que a compõem. Esse sistema pode ser analisado como uma “teia” na qual se entrecruzam diferentes *cadeias mercantis*, seqüências de processos que compõem a produção das diferentes mercadorias.

Deste modo, cada cadeia mercantil pode ser definida como o conjunto dos processos produtivos e comerciais necessários à produção de uma determinada mercadoria. Para identificá-las, devemos partir do produto pronto e observar todas as etapas e operações que compõem o processo de sua produção, culminando na extração das matérias primas e dos insumos básicos.

O valor gerado nas diferentes etapas de produção que constituem uma cadeia mercantil é distribuído ao longo de seus diferentes elos. Devemos sublinhar, contudo, que esta distribuição não se dá de forma eqüitativa, mas assimétrica, determinada em função da

capacidade dos capitalistas que controlam determinado processo (“elo”) de obter maiores parcelas do valor gerado ao longo da cadeia.

Essa distribuição desigual do excedente entre os diferentes elos das cadeias mercantis explica o fato de que, sob esta ótica, as contradições internas do capitalismo histórico não se dão apenas na relação entre as classes, na oposição entre capitalista proprietário e trabalhador explorado, mas também em uma perspectiva geográfica. Os capitalistas localizados em uma determinada unidade política cujos poderes para falsear o funcionamento da lei do valor em escala global de acordo com os interesses capitalistas sejam mais fortes são capazes de extrair uma parcela maior do valor gerado ao longo da cadeia mercantil. Esses capitalistas são capazes de controlar as atividades que proporcionam uma maior extração do excedente gerado nos diferentes elos da cadeia, as etapas mais avançadas. Ou seja, a força (significando a capacidade de corresponder aos interesses capitalistas) do Estado em que se encontra é fundamental para o desenvolvimento de um capitalista e sua localização nas estruturas das cadeias mercantis.

Esta constatação leva à estratificação da economia-mundo capitalista em três tipos de regiões: centro, semi-periferia e periferia. No centro, ou “núcleo orgânico” do sistema, estão localizados os capitalistas que controlam as atividades com maior extração de excedente, associados aos estados nacionais mais fortes, capazes de prover a sustentação dessa posição através da troca desigual propiciada pelos mecanismos já mencionados de manipulação – e mesmo superação – do mercado. No outro extremo encontram-se os capitalistas que controlam as atividades menos rentáveis, notadamente as de extração de matérias primas e insumos básicos, que transferem excedente para as atividades mais lucrativas – isto é, para os capitalistas localizados no centro –, e que se localizam em estados nacionais débeis ou inexistentes. Em suma, segundo Arrighi, as regiões centrais caracterizam-se por possuir atividades “que controlam grande parte do excedente total produzido dentro das cadeias de mercadorias”, ao passo que na periferia encontram-se concentradas “aquelas [atividades] que controlam pouco ou nada desse excedente”<sup>39</sup>

As regiões semiperiféricas, por seu turno, conjugam características tanto do centro quanto da periferia, incluindo, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual

---

<sup>39</sup> Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento*, p. 140.

de atividades do núcleo orgânico e periféricas<sup>40</sup>. Entretanto, longe de ser tão-somente uma posição intermediária ou transitória na estratificação da economia-mundo capitalista, ou ainda uma categoria meramente residual, a semi-periferia se reveste de grande importância para a coesão e estabilidade do sistema mundial, visto que cumpre o papel de atenuar as tensões e pressões políticas entre o centro e periferia.<sup>41</sup>

No ápice da estrutura centro-periferia há, ainda, uma posição particular e privilegiada na qual se encontra o Estado que, num determinado momento histórico, lidera e organiza a distribuição desigual do excedente ao longo da cadeia mercantil, exercendo um poder hegemônico sobre os demais no sistema interestatal.

Deve-se ressaltar que essa estratificação não possui relação *a priori* com as regiões geográficas do globo, mas sim uma consequência do processo de distribuição desigual do excedente nos diferentes elos ao longo das cadeias mercantis da economia-mundo capitalista. Não obstante, podemos observar, historicamente, que a divisão centro-periferia sempre apresentou marcada correspondência geográfica, ainda que fluida, na longa duração. Isto é, as regiões centrais via de regra foram geograficamente concentradas, mas não eternamente fixas.

Essa *fluidez* sempre foi uma característica central no desenvolvimento do capitalismo histórico. Sendo um sistema histórico, ainda que possua estruturas (duradouras, não eternas) que o definam como sistema, suas características transformam-se constantemente; o sistema possui uma história, um desenvolvimento<sup>42</sup>. Esse desenvolvimento, contudo, não seguiu uma trajetória linear; ao contrário, apresentou uma série de mudanças contínuas e descontínuas, reorganizações e alterações nas relações entre agentes, em estratégias e formas de ação e do funcionamento do sistema<sup>43</sup>. De fato, a característica definidora do capitalismo, a “esfera alta” braudeliana, consiste, como já mencionamos, na sua flexibilidade, a não-especialização, a busca constante pelos maiores ganhos sejam quais forem os meios – e de fato mudam-se os meios na medida em que se tornam pouco lucrativos, configurando diferentes *regimes de acumulação*<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem, p. 140.

<sup>41</sup> Wallerstein, *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, pp. 349-350.

<sup>42</sup> Hopkins, Wallerstein et al., *The age of transition*, p. 8.

<sup>43</sup> Cf. Arrighi, *O longo Século XX*, p. 8; Arrighi & Silver, *Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, p. 30.

<sup>44</sup> Arrighi, op. cit., pp. 8-10.

Com o intuito de “descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade”<sup>45</sup>, Giovanni Arrighi desenvolveu o conceito dos *Ciclos Sistêmicos de Acumulação*, para elaborar um esquema teórico baseado na idéia (fruto da análise histórica de longa duração) da dialética entre a estrutura perene e o desenvolvimento cíclico do capitalismo histórico. O autor deixa patente essa dualidade central na noção de ciclos sistêmicos de acumulação, ao afirmar que estes

apontam para uma continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos.<sup>46</sup>

Ou seja, o ciclo é ao mesmo tempo um processo contínuo (caracterizado pela acumulação incessante de capital em escala mundial) e uma sucessão de “mudanças contínuas e descontínuas”.

Desta forma, por serem essencialmente flexíveis em sua busca pelo máximo ganho, alternando sua atuação seja na produção ou no mundo das finanças, Arrighi compara a trajetória dos agentes capitalistas ao longo do CSA com a fórmula geral de Marx sobre o capital (DMD’), observando que cada ciclo é composto por uma fase de expansão material (correspondente à etapa DM) e uma fase de expansão financeira (correspondente à etapa MD’)<sup>47</sup>. Durante a primeira, o capital encontra sua maior reprodução ampliada na esfera produtiva; o regime de acumulação vigente se desenvolve em uma seqüência de “mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento”<sup>48</sup>.

Entretanto, na medida em que se desenvolve, exacerbam-se as contradições inerentes ao próprio regime de acumulação, estabelecendo-se as condições para o surgimento de

---

<sup>45</sup> Idem, p. 10.

<sup>46</sup> Idem, p. 8.

<sup>47</sup> Idem, p. 6.

<sup>48</sup> Idem, p. 9.



regimes concorrentes e alternativos<sup>49</sup>. O aumento da competição intercapitalista no seio da via de desenvolvimento em vigor mina a capacidade do investimento produtivo de propiciar os maiores ganhos possíveis, levando os agentes capitalistas, intrinsecamente flexíveis, a buscar outra maneira de restabelecê-los; a via encontrada é a das altas finanças. De modo que a fase de expansão financeira é, em suma, um período de mudança sistêmica, ou “mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial “se desloca”, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via”.<sup>50</sup>

Há, contudo, que se considerar, como já foi ressaltado, de que à estrutura da divisão do trabalho que estabelece os alicerces da acumulação capitalista mundial corresponde uma superestrutura política cristalizada no sistema interestatal. Sendo assim, a cada forma histórica particular de organização do capitalismo histórico – ou seja, a cada regime de acumulação – redesenha-se o arranjo da correlação de poder entre os Estados. A estrutura centro-semiperiferia-periferia se altera, ainda que não de maneira profunda ou radical. Mas o cerne da questão que buscamos analisar consiste no fato de que, a um determinado regime de acumulação, corresponde um determinado Estado que, em conjunto com os agentes capitalistas nele localizados, lidera esse regime – um Estado *hegemônico*. De maneira que se pode divisar o estudo dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação como um estudo das hegemonias e das transições hegemônicas.

Devemos, pois, nos debruçar mais atentamente sobre o conceito de hegemonia adotado por essa perspectiva. A primeira vista, pode-se notar que tal conceito assemelha-se a uma transposição, para o plano internacional, da noção de hegemonia construída por Gramsci para analisar a superioridade de um determinado grupo social sobre os demais no seio de uma determinada sociedade nacional. Esta superioridade transcende a “dominação pura e simples”, associando à dominação a “capacidade de liderança intelectual e moral”.<sup>51</sup> Assenta-se na associação de consentimento e coerção para o exercício de poder, já sugerida por Maquiavel. Consiste, portanto, na capacidade do grupo dominante de demonstrar, de maneira razoavelmente crível, que o seu interesse representa o bem comum. Transposto para o âmbito

---

<sup>49</sup> Idem, p. 220.

<sup>50</sup> Idem, p. 9. Esta brevíssima descrição da trajetória do ciclo sistêmico de acumulação não esgota, de modo algum, a explicação da lógica interna de seu funcionamento. Não é o objetivo deste trabalho fazê-lo, ou se estender na exposição da dinâmica dos CSA; para tanto, ver Arrighi, *O longo século XX*.

das relações entre países, enquanto partes integrantes de um sistema mundial, o conceito de hegemonia diz respeito à “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”<sup>52</sup>, e de, portanto, colocar seus interesses como os do sistema como um todo.

Faz-se necessário, contudo, sublinhar o cerne da diferença do conceito de hegemonia contido na análise dos ciclos sistêmicos de acumulação frente aos demais, inclusive àquele já tratado neste trabalho: a perspectiva sistêmica. Para além da “dominação pura e simples”, mas também para além da capacidade de liderança e da dominação consentida, um Estado ou grupo hegemônico é aquele que é capaz de organizar e liderar o sistema-mundo, arbitrando a competição interestatal e impedindo-a que se degenere em um caos sistêmico. De modo que a hegemonia não só lidera o sistema mundial, mas molda-o e organiza-o: “a liderança por uma instância particular e a transformação sistêmica concomitante são atributos igualmente essenciais do conceito de hegemonia mundial em que se baseia nossa investigação”<sup>53</sup>. Da mesma forma, a distinção entre hegemonia e dominação se refere ao fato de que cada hegemonia se molda, no seio do sistema interestatal, num processo que “envolve uma competição a longo prazo com algum outro Estado que esteja buscando [...] transformar o sistema num império mundo”<sup>54</sup>, tal como ocorreu entre o Reino Unido e a França napoleônica e entre os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo.

Assim, a existência de uma hegemonia é fundamental para a estabilidade da correlação de forças no sistema interestatal e da hierarquia da distribuição do excedente ao longo das cadeias de mercadorias. Ou seja, a hegemonia confere sustentação ao regime de acumulação; por extensão, a crise do regime decorre simultaneamente do início da decadência da hegemonia, tão logo ela passa a ser questionada e desafiada por estados contendores que aspirem à posição privilegiada no sistema interestatal.

Este fato autoriza Arrighi a denominar os quatro CSA por ele identificados de acordo com o Estado hegemônico correspondente: genovês, holandês, britânico e norte-americano.

---

<sup>51</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>52</sup> Idem, p. 27.

<sup>53</sup> Arrighi & Silver, op. cit., p. 32.

<sup>54</sup> Wallerstein, *O fim do mundo como concebemos*, p. 14

De modo a compreender o alcance do poder estadunidense, portanto, devemos partir de uma breve exposição da formação e consolidação histórica da hegemonia daquele país.<sup>55</sup>

Conforme foi colocado, tão logo o padrão de acumulação e a hegemonia vigentes entram em declínio, começam a surgir possíveis candidatos à sua posição; com efeito, o início da ascensão dos Estados Unidos rumo à situação hegemônica data do início da etapa de expansão financeira do ciclo sistêmico britânico, por volta de 1870. Os EUA, então, passam a disputar, sobretudo com a Alemanha, a possibilidade de galgar a posição então ocupada pela Grã-Bretanha, cada vez menos capaz de manter a liderança sistêmica do regime de acumulação baseado na expansão imperialista livre-cambista que havia moldado. Este padrão caracterizava-se pelo fato de que, valendo-se da privilegiada situação propiciada pela extraordinária superioridade produtiva alcançada por sua indústria, o império britânico podia praticar um liberalismo comercial unilateral, eliminando ostensivamente barreiras alfandegárias – e exigindo reciprocidade, o que propiciava uma capacidade de extração de excedente até então jamais vista. No entanto, a ampliação da superioridade produtiva britânica não foi capaz de acompanhar o crescimento dos custos decorrente da expansão desmedida do sistema, tornando o paradigma insustentável.

Uma série de fatores contribuiu para que os Estados Unidos levassem vantagem sobre a Alemanha na contenda pela hegemonia a ser herdada da Inglaterra. Sua localização e suas dimensões continentais permitiram que os EUA levassem a cabo uma expansão territorial interna, ao mesmo tempo em que lhe conferiram uma característica de insularidade geográfica, com fronteiras vulneráveis virtualmente inexistentes. Todavia, as características geográficas e a abundância de recursos naturais seriam inócuas se a nação não tivesse alterado de modo substancial o padrão de acumulação, mediante inovações das quais Arrighi destaca a internalização dos custos de transação propiciada pelo processo de integração vertical liderado pelas corporações transnacionais estadunidenses. Ao conduzir a germinação de um novo regime de acumulação, os Estados Unidos mostravam-se capazes de assumir a posição então ocupada pela Grã-Bretanha.

O ápice do processo de transição hegemônica ocorre no período que compreende as duas guerras mundiais e o interlúdio de paz formal entre elas. A crise de 1929 pode ser considerada a estocada final no CSA britânico; a Inglaterra, dilacerada pela guerra, via

---

<sup>55</sup> Cf. Arrighi, *O longo Século XX*, especialmente o cap. 4.

desmoronar o padrão monetário libra-ouro. Contudo, apenas ao final da II Guerra os EUA conseguiram derrotar a Alemanha na disputa pela hegemonia.

Assim, a partir da segunda metade da década de 1940, tem início, de fato, a hegemonia estadunidense, liderando um novo regime de acumulação, sacramentado pelo padrão monetário cunhado em Bretton Woods, e consolidando um novo período de expansão material, alicerçado nas megacorporações transnacionais em estreita aliança com o poder estatal. Esta primeira fase subsiste até o final da década de 1960, quando, segundo Arrighi, inicia-se a transição em direção ao período de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, em que a capacidade dos EUA como gestores hegemônicos do sistema mundial começa a ser questionada.

Um dos aspectos centrais da “financeirização” do CSA norte-americano já foi mencionado: a crise do dólar, cujo estopim foi a explosão do mercado de eurodólares a partir de 1968, que minou a capacidade do banco central dos EUA de manter a paridade monetária internacional, corroendo o sustentáculo do padrão ouro-dólar de Bretton Woods e obrigando o governo estadunidense a abandoná-lo *de facto* em 1971 e *de jure* em 1973<sup>56</sup>. Contudo, a degradação da hegemonia não se expressou tão-somente na descoberta da recente incapacidade dos EUA em gerir satisfatoriamente as finanças internacionais. Arrighi destaca três esferas “distintas e estreitamente relacionadas” em que se manifesta a “crise do regime norte-americano [...] assinalada entre 1968 e 1973”:

Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o sistema de reserva federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Idem, pp. 308-310.

<sup>57</sup> Idem, p. 310.

O principal pilar da saída vislumbrada pelo governo estadunidense também já foi descrito: a política do dólar forte, cujo primeiro passo foi dado com a elevação violenta dos juros pelo FED em 1979, redirecionando para os EUA os fluxos financeiros mundiais e tornando aquele país, novamente, o maior beneficiado pela expansão (agora firmemente alicerçada no mundo das finanças) da acumulação capitalista mundial, que recebeu novo e vigoroso alento.

Wallerstein é ainda mais enfático que Arrighi no que diz respeito à questão do declínio da hegemonia estadunidense. Para aquele, a crise deflagrada entre 1968 e 1973 representou, para os EUA, a situação limite em que uma hegemonia não pode mais continuar a se expandir sem exacerbar as contradições que lhe são próprias, elevando-as a um nível no qual começam a se corroer as bases para sua sustentação. O fiasco na guerra do Vietnã, além de abalar profundamente a supremacia ideológica norte-americana, foi imensamente desfavorável do ponto de vista das finanças públicas, colaborando no processo que viria a se cristalizar na crise do dólar. Por outro lado, as “revoluções de 68”, ríspida crítica tanto à direita liberal quanto à “velha esquerda”, demonstravam o desgaste da “paz de Yalta” firmada entre os EUA e a União Soviética, que foi, segundo o autor, um dos sustentáculos da Guerra Fria e da hegemonia estadunidense construída nesse período.

De fato, Wallerstein argumenta que, por mais paradoxal que possa parecer, a dicotomia entre os Estados Unidos e sua antítese soviética foi de fundamental importância para aquele, e a queda da URSS representou a derrota de ambos:

o colapso dos comunismos foi na verdade [...] o colapso do liberalismo. Tirou da cena mundial a única justificativa ideológica sólida que os Estados Unidos tinha para legitimar sua hegemonia, uma justificativa tacitamente apoiada por seu oponente ideológico ostensivo.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Wallerstein, op. cit., p.23.

### 2.3. A HEGEMONIA DOS EUA E A ALCA

Não cabe no escopo do presente trabalho adentrar o árido terreno da controvérsia a respeito da atual dimensão e alcance da hegemonia estadunidense. Ambas as teses aqui expostas, tanto a que postula a retomada da hegemonia quanto a que afirma sua decadência associada à expansão financeira iniciada em 1968-1973, coadunam com a proposição de que a ALCA faz parte de um amplo projeto hegemônico dos EUA tendo em vista a América Latina. Contudo, tendo em vista a opção metodológica pela unidade de análise sistêmica, e as considerações tecidas acerca do conceito de hegemonia que decorre dessa escolha, torna-se mais adequada a hipótese de que a hegemonia norte-americana, desde a década de 70, está em declínio, na medida em que lhe escapa a capacidade de liderar e gerir o sistema mundial para uma direção determinada, colocando, de forma convincente e amplamente aceita, seus objetivos como o interesse geral do sistema.

Deste modo, faz-se mais apropriado analisar o plano de ação em que se insere a proposição da ALCA sob a perspectiva da estratégia hegemônica de longa duração dos Estados Unidos no âmbito de sua relação com a América Latina, estreitando-se o foco em um contexto de declínio daquela *hegemonia*, entendida como capacidade de liderança e organização do sistema mundial, e, paradoxalmente, de aprofundamento do *poder* daquele país, isto sim compreendido como capacidade de “enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico dos parceiros e adversários”.

A preocupação estratégica dos Estados Unidos com a América Latina tem início bem antes do alvorecer do ciclo sistêmico de acumulação liderado por aquele país. Normativamente, surge com a Doutrina Monroe, em 1823, freqüentemente resumida através da célebre proposição “a América para os americanos”, que cristaliza a intenção central de todas políticas vindouras dos EUA frente ao restante do continente: transformá-lo numa espécie de “reserva geopolítica, ainda que nem sempre com diretrizes precisas” resguardando os interesses daquele país sobre a América Latina diante dos demais, sobretudo europeus.<sup>59</sup>

Um dos momentos mais significativos da história das relações EUA-América Latina foi o período em que vigorou a chamada “Política da Boa-vizinhança”, durante as décadas de 1930 e 40. Um dos objetivos centrais dessa política consistia em angariar o aval dos demais

---

<sup>59</sup> Garcia, *O Brasil e a ALCA: regionalização e o projeto nacional de desenvolvimento*, p. 36.

países do continente – tanto mediante a disponibilização de reservas estratégicas quanto (e sobretudo) através de apoio diplomático e militar – para um eventual ingresso no conflito que estava a tomar vulto. Para isto, o governo estadunidense praticava uma política baseada, ao menos diretamente, em princípios não-intervencionistas, mantendo relações fluidas com os demais governos da região.<sup>60</sup>

Após a II Guerra, a América Latina perde espaço nos interesses da política externa dos EUA, concentrada na reconstrução da Europa sob a égide da Doutrina Truman e do Plano Marshall. A atenção apenas se voltava àquela região em casos extremos nos termos da Guerra Fria, o que fica evidenciado com a criação da Aliança para o Progresso, elaborada como uma resposta à efervescência gerada pela Revolução Cubana no continente.

Seguindo os moldes da “defesa do mundo livre frente à ameaça do comunismo”, a Aliança para o Progresso constituiu, segundo Marco Aurélio Garcia, numa

espécie de Plano Marshall tardio, sem a importância do original, mas com preocupações semelhantes: a contenção do risco de uma onda revolucionária através da ajuda econômica, acompanhada da adoção de medidas militares.<sup>61</sup>

O desvanecimento da Aliança para o Progresso gerou um aparente vácuo na política dos EUA diante da América Latina, que passou a ser caracterizada por ações pontuais – sobretudo de contra-insurgência, como a empreitada visando a eliminação da Revolução Sandinista na Nicarágua – e sem um arcabouço conexo de políticas com uma orientação estruturada e abrangente. Esta ausência teve seu auge durante a década de oitenta, período em que ocorreram os processos de redemocratização em diversos países da América Latina.

Uma das razões para o ilusório “descaso” político dos EUA frente à região consiste no fato de que, desde a crise da dívida externa, a necessidade de intervenção política direta na América Latina parecia haver desvanecido, dando lugar à coerção gerada pelo próprio peso do endividamento. A dívida logrou, mais que qualquer apoio a ditaduras, aquilo que era do interesse dos EUA: que a América Latina adotasse a orientação econômica liberal e visando a exportação, lançando as bases para o que, mais tarde, seria doutrinado através do “consenso de

---

<sup>60</sup> Idem, pp. 37-38.

<sup>61</sup> Idem, p. 41.

Washington”, corolário de políticas visando a desregulamentação e liberalização da economia, abertura dos mercados externos e privatização da extensa máquina estatal herdada do período desenvolvimentista.

É sob a égide dessa ideologia que surge a Iniciativa para as Américas, anunciada por George Bush em 1990, cuja característica mais significativa é a preocupação virtualmente exclusiva para com o “aspecto econômico”, creditando ao livre comércio um papel central, tornando-o uma panacéia que sanaria as dificuldades e problemas dos “países em desenvolvimento” da América Latina, sem a necessidade de propostas políticas sistemáticas ou “pacotes de ajuda” significativos. Nas palavras do próprio Bush, “a prosperidade em nosso hemisfério passa por comércio, não de ajuda”<sup>62</sup>. Germina aí, pois, a proposta de uma área de livre comércio englobando o continente.

Não é verdade, contudo, que os EUA tenham abandonado o intervencionismo político-militar no continente. Dois exemplos ilustram claramente a permanência esparsa de ações diretas em países latinoamericanos após a década de noventa: o Plano Colômbia, intervenção militar estadunidense naquele país com o objetivo declarado de ajudar o governo local no combate ao narcotráfico, e o apoio dado à tentativa frustrada de golpe contra o governo de Hugo Chávez na Venezuela. Além disso, em um documento publicado recentemente<sup>63</sup>, a Casa Branca reafirma a sua preocupação com a “segurança nacional” e apresenta um amplo projeto, afirmando de saída que “a América está em guerra”, que reafirma a opção pelos “ataques preventivos” contra o “terrorismo mundial”, e que inclui, em sua agenda, o combate a “terroristas marxistas e traficantes de drogas” na Colômbia; na Venezuela, ao “demagogo sustentado pelo dinheiro do petróleo [que] está minando a democracia e tentando desestabilizar a região”; e, em Cuba, “um ditador anti-americano [que] continua a oprimir seu povo e busca subverter a liberdade na região”.

Não obstante, é no âmbito econômico que se concentram as atenções da Iniciativa para as Américas e de sua versão aperfeiçoada apresentada na Cúpula de Miami, onde é formalmente anunciada a proposta da ALCA. Além de buscar a consolidação de vínculos de dependência jurídica e aprofundar a situação da América Latina como “protetorado militar” dos EUA, a “estratégia de Miami” tem por objetivo concretizar o processo de liberalização

---

<sup>62</sup> Discurso de Bush citado em Garcia, *O Brasil e a ALCA: regionalização e o projeto nacional de desenvolvimento*.

<sup>63</sup> *The National Security Strategy of United States of America*, disponível em [www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/)



econômica dos países latinoamericanos, através da normatização jurídica dos processos de abertura comercial e financeira, de modo a criar uma região de livre circulação de bens, serviços e capitais, porém sem a circulação de mão-de-obra, sobretudo a pouco qualificada, e que venha a adotar o dólar como moeda única, ao menos *de facto*.<sup>64</sup>

Um primeiro passo para na implementação desse projeto dos EUA foi a criação do NAFTA, área de livre comércio da América do Norte, incluindo, além daquele país, México e Canadá. Na prática, “significou um mecanismo destinado a criar normas que assegurassem mobilidade e eficiência para os agentes econômicos, leia-se corporações transnacionais, para não dizer norte-americanas, que transitavam livremente por meio de duas fronteiras nacionais [...]”<sup>65</sup>, e serviu para aprofundar ainda mais as *relaciones carnales* entre as economias mexicana e estadunidense, evidentemente sob o domínio e liderança desta última.

Deve-se ressaltar que uma das conseqüências da implementação do NAFTA foi a reestruturação do sistema político mexicano, que contava com forte presença do Estado, destinada a dar maior liberdade às corporações transnacionais estadunidenses, submetidas a crescentes pressões por competitividade<sup>66</sup>. Uma vez que a proposta da ALCA constitui uma ampliação, para o restante do continente, da lógica e das regras do NAFTA<sup>67</sup>, isto coaduna com a proposição anteriormente colocada de que, tal como o este, aquela é parte de uma estratégia dos Estados Unidos que visa reafirmar e prolongar sua hegemonia, que vem sendo questionada já há três décadas marcadas pelo aprofundamento da competição intercapitalista e pela conseqüente queda dos lucros da produção e do comércio.

Com efeito, apesar das denominações, ambos os acordos escapam ao que se denominaria uma área de livre comércio propriamente dita. Em primeiro lugar, pode-se constatar, pelo andamento das negociações, que o termo “livre comércio” não seria totalmente adequado, visto que o acordo, até agora, não prevê a extinção integral de barreiras alfandegárias, além de ser ainda menos generoso no que tange às barreiras não-tarifárias<sup>68</sup>. De maneira semelhante às demais ocasiões históricas em que foi aplicada, a denominação “livre comércio” assume um cunho fortemente ideológico, e não descreve corretamente a situação

---

<sup>64</sup> Guimarães, *Quinhentos anos de periferia*, p. 120.

<sup>65</sup> Clarkson, apud Camargo, *O canto da sereia: a América Latina frente a ALCA*, p. 98.

<sup>66</sup> Camargo, op. cit., p. 100.

<sup>67</sup> Cf. Camargo, op. cit., p.100; Guimarães, op. cit.; Lins, *A integração hemisférica em debate: a ALCA vista do Sul*, p. 4.

que tomaria lugar se a ALCA vier a se tornar realidade. O que ocorreria seriam reduções ou mesmo isenções, nos países-membros, de tarifas à importação de uma série de produtos – nada parecido com uma hipotética livre-circulação de qualquer tipo de mercadoria, o que seria a correta acepção do termo.

Por outro lado, como seria de se esperar em vista das considerações tecidas acerca da magnitude do projeto em que se insere, a ALCA de modo algum se restringe apenas ao âmbito comercial. A simples observação da estrutura das negociações deixa claro que o acordo pretende abranger um escopo mais ampliado das relações entre os países-membros, incluindo desde contratos governamentais até questões de propriedade intelectual, garantindo, pois, o acesso privilegiado, por parte das empresas transnacionais, em sua maioria estadunidenses, ao fornecimento de bens e serviços a governos, e a uniformização das regras de patentes em toda a área do acordo. E, sobretudo, o acordo contempla a liberalização dos fluxos de capitais no interior do bloco, garantindo a proteção aos investidores internacionais – e conseqüentemente, criando impedimentos jurídicos a quaisquer ações governamentais destinadas a regulá-los, controlá-los ou limitá-los.

Não é difícil vislumbrar, nesta brevíssima demonstração do alcance do acordo, a sintonia fina existente entre seus termos e as bases da estratégia hegemônica para a América Latina que os Estados Unidos buscam empreender – estratégia esta que coaduna com seus antecedentes históricos, consubstanciados nos projetos sucessores da Doutrina Monroe, no ensejo de valer-se da secular influência sobre a região para torná-la uma reserva geopolítica e econômica, resguardando-a de interesses de outras potências, e conduzindo-a de acordo com os interesses estadunidenses.

Há, contudo, que se analisar o outro lado da moeda. Como já foi esclarecido, o conceito de hegemonia associa dominação e liderança na organização do sistema mundial, e pressupõe uma ampla base de legitimidade e aceitação da direção apontada pelo país hegemônico. Desta forma, é preciso desvelar os nexos e estruturas internas aos países latinoamericanos que tornam possível aos Estados Unidos constituir e exercer sua liderança. De maneira que, agora, será examinada a hegemonia observada “de baixo” – ou seja, do ponto de vista de uma região periférica submetida aos poderes hegemônicos.

---

<sup>68</sup> Cf. Lins, op. cit.; Jaguaribe, *Mercosul e as alternativas para a Ordem Mundial*. Ver ainda a Minuta do Acordo da ALCA, disponível em [http://www.ftaa-alca.org/FTAADraft/WordDocs/draft\\_p.doc](http://www.ftaa-alca.org/FTAADraft/WordDocs/draft_p.doc)

### **CAPÍTULO 3: A ALCA COMO ESTRATÉGIA DA ECONOMIA EXPORTADORA**

#### **3.1. A HISTÓRIA EXPORTADORA DA AMÉRICA LATINA**

Uma vez concluída a análise da ALCA enquanto projeto hegemônico dos Estados Unidos, faz-se necessário inverter a perspectiva da análise e examinar a proposta do bloco hemisférico como um projeto de parte da elite latinoamericana, que planeja lucrar com os efeitos gerados sobretudo pela liberalização comercial. De fato, pode-se observar claramente o fato de que a dita “opinião pública”, ou seja, aquilo que é veiculado na mídia de grande porte, avalizada pelas teorias econômicas atualmente dominantes, enxerga na ALCA a possibilidade aumentar a abertura das economias nacionais, de acesso a mercados estrangeiros, especialmente o vultoso mercado estadunidense, de modo a dinamizar as exportações – hoje elevadas ao status de panacéia, devido a sua capacidade de, por um lado, tornar a balança comercial contínua e crescentemente superavitária, com o intuito de amealhar as divisas necessárias para financiar o balanço de pagamentos e manter um “ambiente econômico estável”, essencial para a rolagem da pantagruélica dívida pública, e, por outro, dinamizar a economia, auxiliando a geração de renda e reduzindo o desemprego.

A abertura comercial, no sentido de uma dinamização tanto das exportações quanto das importações, notadamente através da redução de barreiras tarifárias ao comércio internacional, é, de fato, um dos alicerces das proposições normativas elaboradas pela ortodoxia econômica para as regiões periféricas e semiperiféricas. Entre os benefícios que adviriam da abertura e da ampliação das exportações, além da geração de divisas e da manutenção da estabilidade (ou seja, os baixos níveis de inflação), inclui-se também a ampliação da produtividade e da competitividade, segundo a fórmula liberal que postula que, submetidas a condições de competição mais duras, os agentes reagiriam desenvolvendo suas habilidades para reproduzir-se, sob pena de deixar de existir, num processo que poderia ser comparado à seleção natural darwiniana. Assim, os agentes econômicos latinoamericanos tornar-se-iam mais competitivos, capazes de fazer frente aos demais em torno do globo, gerando, novamente, um aumento nas exportações.

Pode-se, contudo, sustentar uma posição contrária – há, de fato, extensa literatura crítica que argumenta que a abertura econômica e a exportação como motor central da economia não é o caminho mais adequado para promover o desenvolvimento. Uma das visões contrárias, de cunho liberal, pode ser ilustrada pelas idéias de seu pioneiro, Friedrich List, que defende, em sua obra cardeal, “Sistema nacional de economia política”, que se faz necessário, para um país que almeja o desenvolvimento capitalista, proteger seus mercados e, conseqüentemente, sua indústria, ao menos enquanto não conquista uma posição de vulto no contexto internacional. Segundo o autor, basta debruçar-nos com rigor sobre a História para perceber que a primazia do comércio internacional e da exportação nada mais faz que “entregar os interesses da manufatura e da agricultura às exigências do comércio”, o que significa submeter as perspectivas da nação, “a expensas das forças produtivas da nação, e mesmo à custa da independência da nação”, a uma fração da sociedade, o capital comercial, que “se fosse possível, venderia campos e campinas a nações estrangeiras, e depois de ter vendido a última nesga de terra seria capaz de subir a bordo de seu navio e exportar-se a si mesmo”<sup>69</sup>. De maneira que a abertura comercial indiscriminada e a urgência por exportações, longe de adequar-se a um projeto nacional visando o desenvolvimento econômico, beneficia apenas alguns setores privilegiados da sociedade.

Neste sentido, este capítulo pretende demonstrar que o projeto de “abertura econômica”, e, por extensão, a formação de um bloco econômico continental nele contido, mais do que apenas uma imposição hegemônica dos Estados Unidos, é parte dos interesses de uma fração considerável das elites da região, e, portanto, a ALCA não poderia deixar de assumir, no contexto das ideologias atuais, uma posição de destaque na agenda dos países latinoamericanos.

Para esse fim, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, desmistificar o propalado “esforço exportador” a que se submete a América Latina atualmente, submetendo-o a uma perspectiva histórica e sistêmica. A história demonstra ser uma falácia conjecturar que a primazia das exportações no continente data de não mais que cerca de trinta anos, tendo surgido para sanar as graves deficiências no balanço de pagamentos decorrentes do insucesso do modelo de industrialização por substituição de importações e tornadas insustentáveis a partir da crise da dívida. Ao contrário, a vocação exportadora da América Latina é secular; a

---

<sup>69</sup> List, *Sistema nacional de economia política*, pp. 175-176.

região constitui, desde que foi anexada à economia capitalista mundial pelas conquistas coloniais européias do século XV, um imenso território destinado a expedir continuamente recursos para os países centrais do sistema mundial, sob formas historicamente distintas.

De fato, pode-se argumentar que apenas por esse motivo o continente foi colonizado. Segundo Caio Prado Júnior, se considerarmos, como deve ser feito, a colonização da América “um episódio [...] daquele quadro imenso” que constituiu a expansão ultramarina européia, veremos que aquela foi, ela mesma, fruto de uma “contingência”<sup>70</sup>. O “objetivo inicial” de portugueses e espanhóis era, tal como se fazia ao longo da costa da África, instalar feitorias e explorar a região e sua população originária, sem a necessidade de fomentar o povoamento. Contudo, ao se deparar com um “território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável”, os colonizadores perceberam que o simples esquema de feitorias não seria suficiente; era necessário ampliar essa estrutura, criando unidades mais complexas – e mais povoadas – que pudessem organizar a produção daquilo que viesse a ser os produtos comercialmente explorados. “A idéia de povoar surge daí, e só daí”<sup>71</sup>.

A colonização americana foi, assim, nada mais que “uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. A consolidação orgânica de uma sociedade no que antes era pouco mais que uma feitoria ampliada se dará “aos poucos, dominado e abafado [...] pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial”. A América Latina, enquanto parte do sistema centrado na Europa, foi constituída para fornecer à metrópole “açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café [...], nada mais que isto” – desde sua gênese “voltada para fora” e submetida aos interesses do comércio europeu.

Em suma, a colonização americana serviu ao processo de acumulação primitiva, através da contínua extração do excedente gerado na região, que era drenado em direção ao centro do sistema, de modo a sustentar o desenvolvimento do capitalismo nascente na Europa.

---

<sup>70</sup> Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, pp. 20-22.

<sup>71</sup> Idem, p. 24.

E, deve-se ressaltar, esse processo, essa herança colonial, determinará, como será demonstrado, a trajetória futura da América Latina no sistema mundial.

Nos termos do arcabouço teórico introduzido no capítulo anterior, pode-se dizer que a colonização da América surge como decorrência da expansão da economia-mundo capitalista européia através do Atlântico, promovida a partir do final do século XV, estendendo as cadeias mercantis em direção ao “novo mundo”, englobando regiões anteriormente externas ao sistema-mundo e submetendo-as aos desígnios da acumulação capitalista mundial. Cabia à região recém anexada à divisão internacional do trabalho os primeiros elos das cadeias de mercadorias a que estavam submetidas, caracterizados sobretudo, como já foi discutido, pelo fornecimento de matérias primas e outras atividades primárias.

Durante o período colonial, no qual a América Latina nada mais era que uma porção ultramarina do território das nações conquistadoras, a drenagem de excedente se dava mediante relações coloniais de dominação, fundadas na produção exclusivamente destinada à metrópole, que gozava de monopólio em sua exploração. Contudo, este processo perverso de extração de excedente em direção ao centro não finda ao se encerrar o período colonial. Pelo contrário, os processos de independência política e formação dos Estados nacionais latinoamericanos não eliminam a exploração da região; tal hipótese mostra-se claramente equivocada se considerarmos que, mesmo eliminando formalmente a relação colonial, subsiste a situação periférica em que se encontra a América Latina, e, portanto, a região se mantém no extremo mais vulnerável da divisão internacional do trabalho. A título de ilustração, cabe sublinhar o fato de que, após se tornarem politicamente independentes, consolidando, ao menos *de jure*, seus Estados nacionais, muitos países latinoamericanos não são sequer capazes de produzir seus alimentos de maneira auto-suficiente: países como Brasil, Peru e Equador são obrigados a importá-los continuamente, o que demonstra quão subordinada ao mercado mundial a região permanece mesmo após sua “independência”.<sup>72</sup>

Com efeito, não poderia ter sido de outra maneira, visto que a formação dos Estados nacionais se dá “sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional definido”<sup>73</sup> que determina o direcionamento e a dinâmica do processo. Olvidar isso significaria ignorar o fato de que, ao invés de um conjunto de unidades

---

<sup>72</sup> Cueva, *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, p. 33.

<sup>73</sup> Idem, p. 42.

políticas distintas e exteriores entre si, a América Latina é parte de um sistema mundial, e só pode ser compreendida corretamente do ponto de vista desse sistema. Ainda que possua uma trajetória peculiar e características próprias, enquanto parte de um todo complexo suas idiossincrasias apenas possuem sentido no contexto do sistema, como já foi ressaltado.

Feita essa ressalva de caráter metodológico, cabe sublinhar que uma das características particulares da organização social latinoamericana que se mantém após a independência, e que decorre diretamente da posição em que a região se encontra na divisão internacional de trabalho do sistema mundial, é seu caráter oligárquico, profundamente desigual, dominado por uma diminuta elite latifundiária que se favorece do comércio exterior e da exportação de produtos primários, e que, conforme será aprofundado adiante, não almeja muito mais do que isso. Ao contrário, por exemplo, do processo de independência dos Estados Unidos, por exemplo, no qual as idéias liberais viriam a se cristalizar em uma transformação da estrutura social, na América Latina,

el nuevo sistema liberal se aplica en realidad sólo a una parte de estas sociedades, los grupos dominantes nacionales. [...] No obstante, siguen predominando las instituciones y formas de dominación social que se habían ido estableciendo, durante la colonia, entre las clases oligárquicas y los grupos mestizos, indígenas y negros. [...] Y es éste un hecho de importancia primordial, que conviene subrayar, porque es un legado de nuestra historia colonial que determina rasgos de la estructura social que se mantendrán, en muchos casos, hasta nuestros días.<sup>74</sup>

Assim, desatados os laços de dominação colonial, subsiste sua face conspícua, sustentada pelos interesses das elites que dela se beneficiavam: a orientação primário-exportadora e a estrutura social oligárquica. Uma consequência do caráter reacionário desse processo, ao perpetuar a profunda subordinação aos vínculos externos, foi a imposição de “rígidos limites à expansão do mercado interno”, devido às características das relações de produção inerentes à produção agrário-exportadora, baseadas em uma profunda exploração e

---

<sup>74</sup> Sunkel & Paz, *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, p. 301.

pauperização do trabalhador<sup>75</sup>, e à especialização em atividades destinadas ao mercado externo em detrimento daquelas que visam o consumo interno<sup>76</sup>.

A atividade exportadora como centro dinâmico da economia latinoamericana encontra seu auge no período que compreende desde as últimas décadas do século XIX até a guerra de 1914, caracterizado pela massiva exportação de capitais por parte dos países centrais<sup>77</sup>. Um dos rumos da canalização dos capitais oriundos da Europa foi a América Latina, com o intuito de promover inversões no setor exportador, financiando desde a construção da infra-estrutura de portos e estradas de ferro, até a exploração direta da produção agroexportadora<sup>78</sup>.

Os impactos desse período sobre a estrutura social latinoamericana também foram profundos, além do forte aumento da participação dos capitais europeus – e, em grande medida, em decorrência deste processo. A necessidade de infra-estrutura para a ampliação das exportações moldou sobretudo o sistema de transportes, dedicado ao escoamento da produção em direção aos portos, esquema que permanece visível até os dias atuais. Hoje, inclusive, pode-se observar uma intensificação desse processo, respaldado pela literatura que afirma a necessidade de se melhorar a infra-estrutura para “reduzir os custos comparativos”, permitindo “ganhos de escala e externalidades positivas” de modo a aumentar a competitividade das exportações<sup>79</sup>. Por outro lado, a atividade exportadora subordina todos os demais estratos da estrutura econômico-social, submetendo os demais ramos de produção à sua dinâmica, e modelando desde a distribuição da mão de obra até o sistema tributário e a burocracia da administração pública.<sup>80</sup>

### 3.2. DA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA À DEPENDÊNCIA

Desta forma, é lícito concluir que, no decurso de sua história enquanto parte integrante do sistema capitalista mundial, a América Latina se vê profundamente condicionada não só

---

<sup>75</sup> Cueva, op. cit., p. 87.

<sup>76</sup> Idem, p. 92.

<sup>77</sup> Cf. Lenin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*; Hobson, *Estudios sobre el imperialismo*; Chesnais, *A mundialização do capital*; entre outros.

<sup>78</sup> Sunkel & Paz, op. cit., p. 310.

<sup>79</sup> Lima, Nassif & Carvalho Jr, *Infra-estrutura, diversificação das exportações e redução do “custo Brasil”: limites e possibilidades*. Ver ainda Aguirre, *La infraestructura de transporte en América Latina*; Perry, *Crecimiento en América Latina en busca del tiempo perdido*, entre outros.



por sua “herança colonial”, mas pelo legado de sua estrutura social de caráter oligárquico-exportadora, gestada com a colonização, mas não abortada com a independência, e forjada no seio da divisão internacional do trabalho, na qual a região surge numa posição periférica, subordinada, como provedora de produtos primários para o centro do sistema.

Faz-se necessário, pois, examinar mais atentamente como se desenrola a dinâmica desse sistema quando enxergada da perspectiva da periferia – no caso do presente trabalho, da América Latina. Uma sólida tentativa de compreender de maneira crítica o caráter específico que assume o funcionamento do capitalismo mundial nesta região periférica consiste no aporte teórico conhecido como “teoria marxista da dependência”, que assume sua forma mais explícita no ensaio seminal de Ruy Mauro Marini intitulado “Dialética da dependência”. Esta teoria pode ser utilizada como uma valiosa ferramenta na análise aqui proposta, notadamente para captar o sentido que assume a “saída exportadora” latinoamericana.

O ponto de partida da teoria da dependência é, como não poderia deixar de ser, em vista do que já foi discutido, a “herança colonial” e o papel assumido pela América Latina, desde a conquista, no funcionamento do capitalismo mundial. Tomemos novamente o “sentido da colonização” apontado por Caio Prado Jr.: o fornecimento de produtos primários para a Europa. Segundo Marini, esta função possui significado fundamental no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, posto que os gêneros agrícolas provenientes da América Latina permitiram àqueles a especialização na atividade especificamente industrial, tanto pela exportação de meios de subsistência de origem agropecuária, criando uma oferta mundial de alimentos, quanto por “contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial”<sup>80</sup>. Assim, as exportações latinoamericanas cumprem a dupla tarefa de permitir a transição, no centro do sistema capitalista mundial, da mais valia absoluta para a relativa como cerne da acumulação de capital, e ainda atenuar uma das contradições internas fundamentais do modo de produção capitalista: a tendência decrescente da taxa de lucro. Examinemos esta afirmação mais atentamente.

Em uma perspectiva marxiana, a mudança da mais valia absoluta para a relativa consiste em tornar mais importante para a acumulação de capital não o aumento da jornada de

---

<sup>80</sup> Idem, pp. 311-312.

<sup>81</sup> Marini, *Dialética da dependência*, p. 111.

trabalho, mas o aumento da exploração do trabalho, entendido como a razão entre o tempo de trabalho necessário e o excedente. Assim, é imperativo, para que a mais valia relativa se torne premente, que se reduza o tempo de trabalho necessário, visto que “só a alteração dessa proporção, num sentido favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a cota de mais-valia”<sup>82</sup>. Uma das formas de se realizar isto é por meio da redução do valor dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho do trabalhador, os chamados bens-salário. A exportação de alimentos originários da América Latina, realizada em volume crescente e a preços declinantes, constituiu um fator fundamental para essa redução, permitindo que se rebaixasse o valor necessário à reposição da energia física e mental dos trabalhadores, e, portanto, o tempo de trabalho indispensável à reprodução da força de trabalho – e possibilitando que “o incremento da produtividade [nos países industriais] se traduza em cotas de mais valia cada vez mais elevadas”<sup>83</sup>.

É fundamental ao capitalista, por outro lado, rebaixar o valor individual não só dos bens-salário, mas de toda a produção, de modo a fazer frente aos demais na concorrência intercapitalista. Deste modo, é necessário aumentar a produtividade, ou seja, a quantidade de produtos que um trabalhador produz numa mesma unidade de tempo, e isto se dá mediante o aumento do trabalho já realizado, isto é, do capital constante – bens de capital e matérias-primas.

Essa necessidade se traduz na tendência ao aumento da composição orgânica do capital, a razão entre capital constante e capital variável. Assim, tendo em vista que o capitalista se apropria da mais valia por meio da taxa de lucro, e esta tem de ser fixada sobre todo o capital (constante e variável), o aumento da composição orgânica do capital implica na redução da taxa de lucro, posto que significa o aumento do capital constante.

De fato, historicamente, a importação de matérias-primas baratas provenientes da América Latina permitiu aos capitalistas dos países centrais a redução do valor do capital constante necessária à contraposição da tendência declinante da taxa de lucro, atenuando, portanto, uma das faces do caráter contraditório da acumulação de capital.

A América Latina era, portanto, enquanto colônia, e mesmo após sua independência formal, a fonte de um mecanismo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nos

---

<sup>82</sup> Idem, p. 114.

<sup>83</sup> Idem, p. 115.

países centrais. Um aspecto central no funcionamento desse mecanismo é o fato de que o comércio exterior latinoamericano sempre foi caracterizado pela deterioração dos termos de intercâmbio, isto é, a redução do preço das exportações face ao das importações. Este fenômeno foi colocado e estudado pelos pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, dentre os quais se destaca o argentino Raúl Prebisch. Seus estudos de séries temporais sobre o comércio exterior latinoamericano indicavam uma tendência persistente à redução relativa dos preços dos produtos exportados pela América Latina frente aos preços dos produtos que a região importava.

Marini distingue este intercâmbio desigual entre os que se relacionam a países que intercambiam produtos de uma mesma esfera de produção (sejam manufaturas ou produtos primários) e os que trocam produtos provenientes de diferentes esferas de produção. Nos primeiros, em geral, as diferenças de termos de intercâmbio derivam da maior produtividade de um país frente aos outros, que permite àqueles auferir um lucro extraordinário derivado de suas distintas condições de produção. Tal fenômeno se dá de maneira similar ao processo de apropriação, pelos capitais individuais, do valor socialmente gerado; e ocorre principalmente no âmbito da concorrência entre capitalistas de distintas nações industriais.

No caso de países que trocam manufaturas por produtos primários, o intercâmbio desigual se dá simplesmente pelo monopólio da capacidade de produzir aquelas. Os países que produzem e exportam manufaturas as trocam a preços superiores ao valor das mercadorias, ou seja, falseiam a lei do valor, obrigando ao outro extremo desta relação díspar a cessão de parte do valor produzido sem contrapartida<sup>84</sup>. Neste caso, o incremento da produtividade pouco adianta aos produtores de gêneros primários, visto que qualquer diferencial é apropriado, na troca desigual, pela parte que oferta produtos industriais.

Estes dois mecanismos de transferência de valor obrigam os capitalistas dos países desfavorecidos a realizar algum tipo de compensação à transferência de mais valia a que se submetem. Face à perda de valor que lhes é imposta, faz-se necessário ampliar a quantidade de valor realizada, através do aumento da exploração do trabalhador. Nas palavras de Marini,

para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja

---

<sup>84</sup> Idem, p. 121.

através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. [...] O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias [...], mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador.<sup>85</sup>

Ou seja, os capitalistas dos países dependentes, incapazes de estancar a drenagem de valor evidenciada pelo intercâmbio desigual na própria esfera da circulação, vislumbram a saída para a transferência de mais valia a que são submetidos no interior do processo de produção, através da ampliação da exploração do trabalhador. Assim, um problema que manifesta sua face mais conspícua na esfera da circulação revela-se, na verdade, um mecanismo que funciona no interior da esfera da produção; a esta, pois, devemos dirigir nossa atenção, com o objetivo de desvelar o cerne da dependência.

O aumento da quantidade de mais valia produzida mediante a maior exploração do trabalhador se dá de três maneiras teoricamente distintas, mas freqüentemente combinadas na prática, das quais uma delas é peculiar às economias dependentes – e, com efeito, constitui uma das chaves da compreensão do processo dialético da dependência. A primeira forma consiste na dilatação da jornada de trabalho, ampliando o tempo de trabalho excedente. Outra maneira se dá pelo aumento da intensidade do trabalho, majorando-se o grau de exploração e produzindo mais valor – e, portanto, mais valor excedente – num mesmo intervalo de tempo.

O terceiro mecanismo, característico das economias dependentes, consiste na redução deliberada do tempo de trabalho indispensável à reposição de sua energia física e mental. Deve-se sublinhar, contudo, que isto se dá não pela redução do valor dos bens-salário, mas pela privação, aos trabalhadores, de parte dos meios de sua subsistência. Desta forma o trabalhador recebe, como contrapartida de sua participação no processo produtivo, um valor inferior ao necessário à reprodução da força de trabalho, de modo que esta se remunera abaixo de seu valor, e o diferencial é apropriado pelo capitalista como meio de compensar a perda de

---

<sup>85</sup> Idem, p.122.

mais valia engendrada pelo intercâmbio desigual. Configura-se, assim, a *superexploração do trabalho*.<sup>86</sup>

É necessário notar, todavia, que a sub-remuneração da força de trabalho só é possível em economias em que o consumo dos trabalhadores não é necessário à realização da mais valia na esfera da circulação. Outrossim, as especificidades observadas nas relações capitalistas de produção nos países dependentes, geradas pela forma de sua inserção no mercado mundial, originam um modo próprio de circulação, com características particulares que devem ser analisadas de maneira mais atenta.

Marx afirma, em “O Capital”, que uma das contradições internas do capitalismo é o fato de que “os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado”, ao passo que “como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade tende a reduzi-los ao preço mínimo”<sup>87</sup>. Novamente, a dialética da dependência exacerba ao limite esta contradição, tornando radical a separação entre a produção e a circulação.

Ao remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, os capitalistas dos países dependentes excluem os trabalhadores do processo de realização da produção. Isto é possível, na economia exportadora latinoamericana, uma vez que a segunda fase do processo de circulação se volta acentuadamente para o mercado externo, prescindindo, portanto, da capacidade de consumo de seus trabalhadores. Uma vez possível, este processo – a superexploração do trabalhador – se torna, como vimos, o elemento fundante da compensação da transferência de valor.

Assim, o capitalista dependente tende a explorar o máximo possível a força de trabalho do operário, visto que não precisa se preocupar com seu papel na realização das mercadorias – que se dá, sobretudo, no mercado mundial –, nem com o seu esgotamento – dada a ampla disponibilidade de trabalhadores nos países latinoamericanos, alimentada seja pela inclusão de trabalhadores indígenas ou pelas migrações originárias da Europa<sup>88</sup>. Contudo, ao abdicar do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação, de modo a poder exacerbar a exploração daqueles para compensar a drenagem de mais-valia decorrente do intercâmbio desigual, a economia exportadora “deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado

---

<sup>86</sup> Idem, p. 126.

<sup>87</sup> Apud Marini, op. cit., p. 132.

<sup>88</sup> Marini, op. cit., p. 134

mundial como única saída para a produção”<sup>89</sup>, conformando um processo dialético que tem como fundamento o caráter contraditório do desenvolvimento dependente.

Ampliada e alicerçada pela superexploração, a economia exportadora se cristaliza e se perpetua como a “tábua de salvação” (para usar uma expressão de Marini) da burguesia dependente latinoamericana, assumindo um sentido mais profundo que uma mera decorrência da divisão internacional do trabalho:

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.<sup>90</sup>

Ao se comprimir a capacidade de consumo dos trabalhadores em virtude da apropriação sem contrapartida de parte do valor da força de trabalho, o mercado interno sofre uma divisão entre aquele, fundado no salário, e o consumo engendrado pela mais-valia não acumulada, que não pode ser satisfeito pela produção interna (orientada para o mercado mundial) e tem que ser abastecido via importações. Estas, na periferia dependente, assumem um caráter totalmente distinto do apresentado no centro, onde as mercadorias importadas servem sobretudo, como já foi demonstrado, para suprir a oferta de bens-salário, de modo a propiciar a redução do valor da força de trabalho, conforme a proposição de David Ricardo<sup>91</sup>. Na América Latina, as importações tomam um rumo distinto, destinando-se a prover bens suntuários, destinados à parcela da sociedade cujo consumo deriva da mais-valia. Essa clivagem traduz-se em uma cisão do processo de circulação em duas esferas: uma “baixa”, em que participam os trabalhadores, e que é progressivamente restringida em decorrência da superexploração, e uma “alta”, própria dos não trabalhadores, que se assenta no mercado mundial, e que o sistema tende a ampliar. Essa estratificação condiciona de maneira perversa a

---

<sup>89</sup> Idem, p. 134.

<sup>90</sup> Idem, p. 134.

<sup>91</sup> Ricardo, *Princípios de economia política e tributação*, p. 103.

trajetória histórica da América Latina no sistema capitalista mundial; de fato, suas contradições servirão de base para o desenvolvimento da indústria latinoamericana, e sua compreensão é fundamental para explicar a controvertida percurso trilhado por este processo<sup>92</sup>.

A indústria da América Latina surge completamente subordinada à economia exportadora, com uma produção incipiente, que só ganhava força nos momentos em que se restringia a capacidade de importação devido a crises no mercado mundial. De fato, foi o aprofundamento dessas crises, exacerbado na década de 1920, que permitiu uma mudança qualitativa em que a indústria se converte no eixo dinâmico da acumulação de capital. Contudo, ao contrário da industrialização dos países centrais, baseada no aumento da produtividade do trabalho, que permitia tanto o barateamento dos bens-salário quanto a transformação de bens suntuários em bens de consumo dos trabalhadores, de maneira a ampliar o escopo da realização da mais-valia, na América Latina o processo se deu a partir de uma demanda já constituída, mediante o deslocamento da esfera alta de consumo, anteriormente abastecido por artigos importados, para a produção interna<sup>93</sup>.

Por esta razão, ao contrário do que esperavam as correntes chamadas desenvolvimentistas, entre as quais se destaca a já mencionada abordagem cepalina, que supunham estar na fonte do subdesenvolvimento latinoamericano uma insuficiência de desenvolvimento capitalista, e que a sua aceleração através da industrialização seria capaz de resolvê-lo, a proliferação da indústria e sua ascensão ao centro dinâmico da acumulação de capital na América Latina não foi capaz, segundo Marini, de dissolver as contradições engendradas por seu caráter dependente. Por se basear em uma produção destinada a atender a uma demanda já existente, que lhe permite, também, prescindir da capacidade de consumo baseada no salário, a economia industrial dependente pode reproduzir, de forma específica, a acumulação de capital fundada na superexploração do trabalhador, reproduzindo também, ainda que de maneira modificada, o modo de circulação engendrado pela antiga economia exportadora.

Não obstante, na medida em que se desenvolve a industrialização latinoamericana, surge também o obstáculo gerado pela tendência da produção industrial capitalista de ampliar-

---

<sup>92</sup> Idem, p. 135.

<sup>93</sup> Idem, pp. 137-140.

se continuamente, exigindo a expansão das bases de sua circulação. Contudo, se no centro do sistema a saída para este problema é a conversão progressiva de bens suntuários em bens de consumo popular, na América Latina, cujo modo de acumulação se caracteriza pela superexploração do trabalhador, que impede a participação massiva destes na circulação dos bens produzidos por sua indústria, o processo se dá de maneira complexa e ainda mais contraditória.

Uma condição necessária para equacionar o problema gerado pelo crescimento da produção, seja no centro ou na periferia, é o barateamento das mercadorias através do aumento da produtividade. Na América Latina, este processo, que está intimamente relacionado com o aumento do progresso técnico na produção, se desenrolou, historicamente, sobretudo através da incorporação de tecnologia produzida nos países centrais. Devido às constantes dificuldades no balanço de pagamentos enfrentadas pelos países latinoamericanos, os afluxos de capital externo, sob a forma de financiamentos e investimentos diretos na indústria, adquirem importância fundamental para esse desenvolvimento tecnológico de origem exógena – o que coaduna perfeitamente com as necessidades de expansão, a partir da década de 1950, dos capitais abundantes nos países centrais, agora liderados pelos Estados Unidos, e das empresas transnacionais, e, posteriormente, com a necessidade destes países de se desfazer dos bens de produção cada vez mais rapidamente obsoletos.

Contudo, este processo, nos países latinoamericanos, esse processo não é capaz de deslocar o eixo da acumulação da exploração do trabalhador ao aumento da capacidade produtiva do trabalho. Isto ocorre porque, nos países dependentes, o aumento da produtividade é parcialmente compensado por outro mecanismo destinado a sanar o problema de realização da produção: o crescimento do consumo das camadas médias, fundamentado na mais-valia e não no salário, e que, portanto, também exige o aumento da superexploração. De maneira que, por incidir uma estrutura produtiva baseada na ampliação da exploração dos trabalhadores, “o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real”<sup>94</sup>.

Por outro lado, a importante participação de capitais externos no desenvolvimento da industrialização na América Latina dá origem a ainda outra fonte de drenagem, em direção ao

---

<sup>94</sup> Idem, p. 147.



centro, da mais-valia produzida, através do retorno da remuneração do investimento ao seu país de origem, sob a forma de remessas de lucros ou juros. Este processo tende a se agravar, na medida em que as empresas sob o controle do capital estrangeiro operam em condições privilegiadas, e, portanto, logram obter uma mais-valia extraordinária, o que amplia progressivamente a magnitude da transferência para o exterior. Assim, a necessidade de fundamentar a acumulação de capital na ampliação da massa de valor produzida mediante o aumento da exploração do trabalhador ganha novo impulso e uma nova dimensão, e continua se alimentando mesmo após a internalização da produção de bens de capital, que se deu majoritariamente sustentada por inversões estrangeiras.<sup>95</sup>

Desta forma, a industrialização latinoamericana tendeu a concentrar-se na produção de bens que não poderiam – ao contrário, novamente, dos países centrais – figurar entre aqueles de consumo operário, de modo que o aumento de produtividade não se poderia traduzir em aumento da taxa de mais valia, apenas da massa de valor gerado. Entretanto, a concentração da indústria na produção de bens suntuários logo tende a exacerbar os problemas de realização supracitados, exigindo saídas alternativas à ampliação do consumo das massas, que, como vimos, não é possível na economia dependente. Deve-se ressaltar duas maneiras de atenuar esse problema, que assumiram importância basilar na história latinoamericana, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX. Em primeiro lugar, a intervenção massiva do Estado, mediante a ampliação do aparato burocrático, que ampliava as camadas médias, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo suntuário. Além disso, devemos destacar o papel da inflação, fundamental mecanismo de transferência de renda e poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação<sup>96</sup>.

O curso tomado pelo desenvolvimento industrial impede, portanto, a aproximação entre as duas esferas, que o aumento da produtividade gerado pela incorporação do progresso técnico poderia promover. Ao contrário, o que ocorre é um novo impulso à repulsão entre ambas; assim, novamente, a produção baseada na superexploração do trabalhador volta a engendrar o modo de circulação que lhe é peculiar.

Os mecanismos adotados na América Latina para compensar os problemas de realização, contudo, também apresentam seus limites, na medida em que começa a se esgotar

---

<sup>95</sup> Marini, *El ciclo del capital en la economía dependiente*.

<sup>96</sup> Marini, *Dialética da dependência*, p. 148.

o padrão mundial de acumulação a que estavam associados. A capacidade do Estado de intervir na ampliação do consumo suntuário se torna precária na medida em que se tornam visíveis os efeitos da crise global na periferia, que se consubstanciariam na crise da dívida e no esgotamento do setor público latinoamericano na década de oitenta. Paralelamente, o papel da inflação como mecanismo de transferência de renda se mostra insustentável e perverso, conforme vai se tornando incontrolável, e se manifesta seu caráter financeiro, enraizado no problema da dívida.

Frente ao esgotamento de seu padrão de desenvolvimento em que a contrapartida da superexploração inclui o forte intervencionismo estatal, o endividamento externo e a inflação, em meio a um contexto de crise generalizada do regime global de acumulação, o recurso vislumbrado para a América Latina, a partir do último terço do século XX, é, novamente, a saída exportadora. Segundo Marini,

a partir de um certo momento (que se define nitidamente a meados da década de 60), [surge] a necessidade de expandir-se para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial*. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora.<sup>97</sup>

Nesta perspectiva, contudo, a *saída exportadora* adquire um sentido histórico muito mais orgânico que uma mera estratégia de desenvolvimento elaborada nas últimas décadas do século XX. Ao contrário, é fruto das contradições específicas que caracterizam o desenvolvimento periférico dependente da América Latina no seio do sistema mundial, condicionado desde o início pela herança colonial, que faz com que apresente características

---

<sup>97</sup> Marini, op. cit., p.150 (grifo no original).

peculiares, aparentemente aberrantes se comparadas com as exibidas pelos países centrais – apenas aparentemente, visto que são duas faces da mesma moeda; no sistema, o centro não tem sentido sem a periferia, e vice versa.

### 3.3. A “NOVA” ECONOMIA EXPORTADORA E A ALCA

Neste sentido, a intenção, por parte dos países da América Latina, de constituir um bloco econômico americano surge, na linha já sugerida por Marini, como um desdobramento da “nova” economia exportadora latinoamericana, na medida em que se apresenta como uma opção para ampliar a capacidade de expandir a realização da produção em direção ao mercado mundial, de modo a permitir que a acumulação de capital naquela região, baseada na superexploração do trabalhador, possa se reproduzir de maneira ampliada. Trata-se, portanto, de um projeto destinado a consolidar e perpetuar a cisão entre as esferas alta e baixa de consumo, e possibilitar que aquela continue se expandindo em detrimento desta; de maneira que é, essencialmente, um projeto para as elites latinoamericanas. Convém, pois, examinar mais atentamente que caráter assume uma elite formada em uma região periférica do sistema mundial.

Um elemento bastante útil para esta análise é o conceito de elites orgânicas, delineado no intuito de compreender de que maneira a classe dominante se organiza e age politicamente, de modo a fazer valer seus próprios interesses – isto é, a forma com que se dá o exercício do poder da burguesia, a superestrutura da exploração capitalista. Para isto, é necessário “entender como uma classe economicamente dominante se organiza estratégica e taticamente para desenvolver a ação política necessária e assegurar a consecução dos seus objetivos”, face à resistência de forças sociais adversas, valendo-se de coerção e consenso, fundindo racionalidade e ideologia<sup>98</sup>. Essa articulação não é levada a cabo por todo o conjunto da classe capitalista, apenas uma fração desta, uma vanguarda política-intelectual e operacional, organicamente vinculada a ela; em suma, uma *elite orgânica*, composta de “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação

---

<sup>98</sup> Dreifuss, *A internacional capitalista*, p. 23.

política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe”<sup>99</sup>. É a esta elite que nos referimos ao afirmar que a ALCA pode ser encarada como um projeto das classes dominantes latinoamericanas, visto que ela constitui, de certa forma, um arquétipo da própria consciência de classe capitalista, ao se tornar o ente que traduz para o plano da ação política as exigências da esfera da produção<sup>100</sup>.

Assim, deve-se ter em mente que, se aceitamos o fato de que a trajetória da América Latina no seio do desenvolvimento do sistema capitalista mundial apresenta características peculiares, diferentes das exibidas pelos países centrais, a conclusão que se segue é que também ocorre ali a conformação de uma organização social própria, e, assim, da estrutura de classes correspondente, que reflita os conflitos de interesses que tomam parte na região. Desta forma, a elite latinoamericana não pode ser diretamente identificada àquela do centro; seus projetos e motivações são distintos e coadunam com a dinâmica de seu desenvolvimento e do sistema.

Tal raciocínio está presente no já discutido conceito de periferia tal como é apresentado por Wallerstein, por exemplo. Em oposição ao centro, em que predominam estados nacionais fortes, capazes de dar sustentação política a seus capitalistas na tarefa de garantir o controle sobre as atividades mais lucrativas da cadeia mercantil, Wallerstein identifica, nas regiões periféricas, a existência de estruturas estatais fracas, bem como atividades que concentram pouco excedente, transferindo grande parte deste em direção aos elos subseqüentes da cadeia – e ao centro. Este processo confere aos capitalistas da periferia uma característica ambígua: ao mesmo tempo em que exploram os trabalhadores em sua região, são derrotados, na concorrência intercapitalista, pelos capitalistas do centro.

Este duplo caráter – explorador e “explorado”<sup>101</sup> – assumido pelos capitalistas periféricos é fundamental para a compreensão da formação das elites latinoamericanas. Por não serem capazes de almejar uma posição de destaque na distribuição global de excedente, resta-lhes a opção de buscar o maior lucro possível nas condições em que se encontram – ou

---

<sup>99</sup> Idem, p. 24.

<sup>100</sup> Idem, p. 26.

<sup>101</sup> Não se deve confundir, contudo, o que aqui se denomina, por falta de termo mais adequado, “exploração” de um capitalista por outro, com a categoria de origem marxista *exploração*, que designa a extração de mais-valia que caracteriza a relação de classe entre capitalistas e trabalhadores. A relação entre capitalistas do centro e seus pares da periferia é totalmente distinta, e funda-se, como foi demonstrado, na disparidade de condições em que se inserem no processo de concorrência intercapitalista, evidenciado na transferência de valor da periferia em direção ao centro.

seja, compensar da forma mais satisfatória possível, através dos mecanismos acima explanados, a drenagem de excedente em direção ao centro.

A própria formação histórica da elite latinoamericana é profundamente diferente da ascensão da burguesia européia, dado que, enquanto esta possui sua gênese na formação do capitalismo enquanto sistema, aquela possui suas raízes num processo de colonização que visava tão somente a exploração econômica de uma região recém conquistada. Assim, tendo em vista que a conformação inicial do que viriam a ser as nações latinoamericanas não constituíam, pelo menos ao longo de três séculos, estados propriamente ditos, mas apenas anexos das metrópoles, de início nada mais que feitorias um pouco mais complexas, a elite da região nunca poderia ter se estabelecido sob a égide de uma ideologia que privilegiasse o Estado nacional como cerne da organização social, como era o caso no centro do sistema sobretudo a partir do século XVI.

Durante o período colonial, a elite latinoamericana, surgida em direta descendência dos primeiros exploradores que conquistaram o continente e iniciaram sua exploração, encontrava-se totalmente subordinada ao interesses metropolitanos, até mesmo politicamente; eram súditos das coroas espanhola e portuguesa. Contudo, mesmo a formação de uma elite *criolla*, nascida na colônia, a submissão completa ao comércio mundial se mantém. Isto gerou uma formação social totalmente vinculada ao exterior, e que não era capaz de gerar um sentido de desenvolvimento nacional; como afirma Frank, “debido al comercio y al capital extranjeros, los intereses economicos y políticos de la burguesía minera, agrícola y comercial nunca estuvieron dirigidos al desarrollo económico interno”<sup>102</sup>.

Na medida em que foram se tornando dominantes no seio da sociedade colonial, a elite *criolla* começou a desenvolver um pensamento que apenas com muita cautela pode ser denominado “nacionalista”, porquanto guarda escassas semelhanças com a ideologia liberal, ainda que pretendesse ser derivado deste. Com efeito o mesmo discurso liberal era utilizado na Europa e na América Latina com fins distintos: enquanto naquela era dirigido contra a nobreza e os latifundiários no processo revolucionário burguês, aqui era um instrumento da elite *criolla* latifundiária e mineira, contra o monopólio metropolitano, com o objetivo de participar mais abertamente do comércio internacional, sobretudo através de relações diretas com a Inglaterra,

---

<sup>102</sup> Frank, *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*, p. 33.

que já havia iniciado sua trajetória em direção à hegemonia global<sup>103</sup>. Outrossim, a consolidação de interesses *criollos* que culminaria com os processos de independência política e formação dos estados nacionais latinoamericanos não pode ser enxergado como um exemplo do pensamento nacionalista liberal, que visasse a consolidação e o desenvolvimento da nação, e sim um projeto de uma elite agroexportadora ciosa por aproveitar da maneira mais vantajosa possível as perspectivas que sua posição subordinada no sistema capitalista mundial lhe oferecia – que consistia, grosso modo, em aprofundar ao máximo suas relações comerciais com os países centrais, contudo sem o estorvo da intermediação por parte de uma metrópole decadente.

O mesmo pode ser dito, de certa forma, das chamadas “reformas liberais” da América Latina, processo apresentou trajetórias diferentes em cada país, tais como a unificação das províncias sob domínio portenho na Argentina ou a proibição da escravidão e a proclamação da república no Brasil, mas que em linhas gerais coincide com um novo auge exportador, no último quarto do século XIX, do produto característico de cada país, fosse café, açúcar, carne, trigo, algodão ou estanho. A dinamização das exportações consolidou o poderio político-econômico da elite dita “liberal” – no sentido em que se valiam da ideologia liberal importado da Europa para defender seus interesses oligárquico-exportadores através da defesa veemente do livre-cambismo, propalada sobretudo pela Inglaterra, que, como já foi discutido no capítulo anterior, amparava-se em sua admirável capacidade produtiva e em seu poderio político-militar para fazer valer um sistema de livre comércio global, que a beneficiava enormemente enquanto potência hegemônica. Um dos pilares da dita reforma liberal foi uma extensa “contra-reforma agrária”, que concentrou ainda mais a propriedade fundiária, ao mesmo tempo em que criavam um contingente de força de trabalho agrícola ociosa, permitindo uma maior expansão das monoculturas destinadas ao mercado mundial<sup>104</sup>.

O mencionado caráter ambíguo da burguesia latinoamericana assume sua face conspícua durante o período denominado imperialista, que se estende desde a década de 1870 até a primeira guerra mundial. Durante este período, a América Latina foi destino de massivas inversões de capitais oriundos do centro<sup>105</sup>, tomando propriedade de grandes extensões de

---

<sup>103</sup> Idem, p. 60.

<sup>104</sup> Idem, pp. 75-76.

<sup>105</sup> Vários autores, incluindo o próprio Frank e Marini, afirmam que denominar de “capital estrangeiro” aquele utilizado para os investimentos no período em questão, visto que os recursos empregados eram obtidos no próprio

terra, de meios de produção e de elementos da infra-estrutura dos países da região, transformando e desnacionalizando profundamente a estrutura produtiva e consolidando o domínio das elites exportadoras e a situação da América Latina como “una economía monoexportadora explotada por una burguesía satelizada actuando a través del Estado corrompido de un antipaís”<sup>106</sup>. Contudo, este processo não foi fruto da imposição direta e forçosa dos interesses dos capitalistas do centro, mas, em parte, um projeto da própria elite latinoamericana, que se beneficiou intensamente, conforme afirma Frank:

Pero no se debe pensarse que este proceso de penetración imperialista de la economía latinoamericana obedeció a un impulso meramente metropolitano; fue igualmente un resultado de la atracción y cooperación por parte de la propia burguesía latinoamericana, cuya política de clase en esta época, tal como lo hizo en las anteriores y habrá de volver a hacerlo en otras etapas posteriores, aceleró esta penetración, fortaleció la dependencia y profundizó el subdesarrollo en Latinoamérica.<sup>107</sup>

Apenas devido à drástica redução do comércio mundial e dos fluxos de capitais, em decorrência da guerra e das crises enfrentadas pelo sistema capitalista mundial nas primeiras décadas do século XX, cujo episódio máximo foi a crise de 1929, veio a arrefecer o ímpeto exportador latinoamericano, criando as condições necessárias para mudanças em sua estrutura econômica e política. Assim, os interesses exportadores viram-se obrigados a traçar alianças com os interesses protecionistas da então frágil burguesia industrial nascente, em um processo que não ocorreu sem turbulências – conflitos revolucionários e contra-insurgentes tomaram lugar em diversos países, como Argentina, Brasil, Chile e México. Contudo, como já foi explanado ao longo deste capítulo, mesmo com o desenvolvimento da indústria e sua ascensão ao centro dinâmico da acumulação de capital em diversas partes da América Latina, não desvaneceu o caráter periférico-dependente de sua estrutura econômica e de sua sociedade, baseando-se não na ampliação da produtividade, mas na intensificação da exploração do

---

país de destino das inversões, através de empréstimos tomados mediante a emissão de títulos e ações. Cf. Frank, op. cit., p. 77; Marini, *El ciclo del capital en la economía dependiente*.

<sup>106</sup> Frank, op. cit., p. 79.

<sup>107</sup> Idem, p. 80.

trabalhador, em resposta à absorção de excedente em direção ao centro. Deste modo, os nexos que norteavam a formação das elites latinoamericanas se mantinham, alicerçados em seu caráter dual, a um tempo exploradores e “explorados”, e portanto orientados não pela busca da hegemonia global, mas pela tentativa de aproveitar da maneira mais proveitosa possível a posição subordinada em que se encontram, para compensar a drenagem a que são submetidos.

Da mesma maneira, esgotado o padrão de acumulação que vigorou até meados da década de 1960, a burguesia periférica latinoamericana se vê novamente obrigada a alterar a forma de compensação adotada, voltando-se novamente ao mercado mundial – muda o objeto aparente de seus interesses, mas sua essência permanece a mesma. E, assim como seu projeto coadunava, grosso modo, com os interesses do centro em diferentes períodos históricos – com o livre-cambismo inglês, com as inversões estrangeiras do período imperialista, com a expansão das corporações transacionais estadunidenses – a renovada estratégia das elites latinoamericanas se forma em estreita consonância com a nova dinâmica do sistema mundial, adotando, em que pese as especificidades regionais, os preceitos que posteriormente seriam condensados sob a égide do que se convencionou chamar de “consenso de Washington”.

Um dos aspectos centrais desse novo projeto, sobretudo no que tange ao tema deste trabalho, consiste na propalada necessidade urgente de ampliar-se o “grau de abertura e integração ao mercado mundial”, como condição para o desenvolvimento, no qual a ampliação das exportações assume uma posição central. Neste processo, um dos expedientes apontados é a criação de acordos bi ou multilaterais de livre comércio, ou, se possível, a formação de blocos econômicos. Neste último caso, obviamente, se encontra a proposta da ALCA.

Com a integração econômica continental, os capitalistas dos países latinoamericanos teriam acesso não só aos mercados uns dos outros, mas ao maior deles, o dos Estados Unidos, propiciando oportunidades valiosas às exportações. Com efeito, o maior impasse para a assinatura do acordo é, atualmente, a recusa, por parte dos Estados Unidos, em abdicar do protecionismo que pratica ostensivamente, sobretudo através das chamadas barreiras não-tarifárias – cujo exemplo mais rememorado é a questão dos subsídios agrícolas, que aquele país se nega a abrir mão, e mesmo a discutir, e que contraria os interesses da fração agrária da burguesia exportadora da América Latina, sobretudo dos países que compõem o Mercosul<sup>108</sup>. A relutância em assinar um acordo que não contemple a extinção ou redução dos mecanismos

---

<sup>108</sup> Ver, por exemplo, Amorim, *A ALCA possível*.



adotados pelos EUA para evitar a entrada de produtos estrangeiros em seu mercado – o que não se resume aos produtos agrícolas – evidencia a importância do acesso privilegiado ao colossal mercado estadunidense como forma de ampliar as exportações para a nova economia exportadora latinoamericana.

## **CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO**

### **CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS**

Quais são os interesses que norteiam o projeto da ALCA? Quem se beneficiaria com a formação de uma área de livre comércio que se estenda da patagônia ao Alasca, abrangendo quase a totalidade dos países americanos (com as significativas exceções de Cuba, excluída do processo, e da Venezuela, cujo governo bolivariano rechaça a proposta, propondo uma alternativa<sup>109</sup>)? E, por extensão, quais os agentes que lideram o processo de formação do bloco, tanto no processo de negociação propriamente dito quanto na construção do consenso social indispensável à sua implementação bem-sucedida? A busca de respostas a estas indagações permeia o objetivo central que alicerça o presente trabalho. Para além de somente analisar o que é a ALCA e quais seus prováveis efeitos, esta monografia se propôs a questionar *por que*, e *para quem* tal projeto é construído.

A resposta a estas questões trespassa duas perspectivas possíveis para a análise, ambas insuficientes quando consideradas separadamente – falácia em que incorre uma elevada parcela das análises extensamente veiculadas acerca do assunto, tanto as de repúdio quanto as de veneração. A ALCA pode e deve ser encarada, conforme verificamos no segundo capítulo, como parte de um projeto amplo arquitetado pelos Estados Unidos para aprofundar seu poderio e sua influência sobre a América Latina, na tentativa de reafirmar sua já estremecida hegemonia no âmbito do sistema mundial. Não obstante, o cerne do conceito de hegemonia que delineamos fundamenta-se em uma relação mais profunda e dialética que a dominação pura e simples, em que o agente hegemônico associa coerção e consenso, de modo a garantir a organização de um sistema essencialmente desigual, e liderá-lo em uma trajetória que se apresenta como a que segue em direção a um objetivo comum, embora tenha sua origem nos objetivos traçados pela nação hegemônica. Sendo assim, encontra-se subjacente nessa proposição a aceitação, por parte daqueles que são submetidos à hegemonia, do

---

<sup>109</sup> O governo venezuelano, com o apoio de Cuba, vem propondo a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), como opção de integração dos países latinoamericanos, ao invés da ALCA. Ver, por exemplo, Salazar, *La integración multinacional latinoamericana y caribeña: un enfoque desde la perspectiva crítica y participativa*.

direcionamento que lhes é oferecido (ou imposto). Não se trata, todavia, de uma mera aquiescência passiva, mas de uma opção legítima, ainda que subordinada, de qual caminho seguir; de maneira que não se pode considerar um projeto de tal vulto, como se supõe aquele no qual está contida a proposta da ALCA, como uma mera imposição dos Estados Unidos, sem a contrapartida de ser, simultaneamente, um propósito das próprias elites latinoamericanas, ou ao menos de parte delas.

Por outro lado, para se compreender como tal projeto se apresenta como um objetivo compartilhado por uma fração da classe capitalista da América Latina, faz-se necessário analisar como se estrutura a dinâmica interna da sociedade latinoamericana no processo de desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Ao tentar elucidar as idiossincrasias que derivam da situação periférica da região, a teoria marxista da dependência provê valiosos instrumentos para a apreensão do caráter subordinado que assume a inserção da América Latina no sistema mundial, desde as conquistas coloniais até a renovada economia exportadora, em uma construção dialética que ilumina de que maneira um problema que aparenta estar circunscrito à esfera da circulação, o intercâmbio desigual, se traduz no âmbito da produção sob a face da superexploração do trabalhador, para engendrar um mecanismo particular de circulação, que reproduz de maneira ampliada a dependência, e que, a partir do final da década de 1960, voltou a se estender sobre o mercado mundial, recorrendo às exportações na fase de realização. Essa relação ajuda a elucidar a situação dual e ambígua em que se coloca o capitalista latinoamericano, simultaneamente explorador e “explorado”, que precisa intensificar a exploração do trabalhador de modo a compensar a drenagem de mais-valia a que é submetido pelos capitalistas do centro do sistema. Mais ainda, permite compreender o real sentido da “saída exportadora” adotada pelos países latinoamericanos nas últimas décadas do século XX, que transcende as razões apontadas pela ortodoxia do pensamento econômico, como a necessidade de divisas e a estabilização da moeda.

A integração destas duas perspectivas, antes complementares que distintas, propicia a correta compreensão da ALCA enquanto um projeto da fração dominante das elites latinoamericanas, que sustenta e se beneficia da economia exportadora, com o intuito de aprofundar a “abertura econômica”, o que significaria uma oportunidade para atingir o objetivo declarado de ampliar significativamente as exportações. Tal projeto, por sua parte, coaduna com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos, na medida em que amplia e

aprofunda a relação de dependência em que se fundamenta a economia exportadora, estreitando os laços de subordinação existentes entre aquele país e a América Latina, e consolidando a divisão internacional do trabalho na qual estão inseridos.

Com o intuito de captar essa dupla perspectiva, este trabalho utilizou-se conscientemente de dois marcos teóricos distintos, com hipóteses e conceitos diferentes. Este derradeiro capítulo se propõe a avaliar a possibilidade de associar ambas as teorias, sem prejuízo dos pressupostos metodológicos indispensáveis a uma análise consistente. Tal intento baseia-se na percepção de que ambas estão alicerçadas em uma premissa fundamental: o desenvolvimento desigual do capitalismo em uma perspectiva sistêmica. Mais especificamente, as duas abordagens estão em consonância com a proposição de que a dinâmica do capitalismo global, do qual a desigualdade é uma característica fundante, coloca os capitalistas periféricos em uma situação na qual são obrigados a compensar a exploração a que são submetidos pelos capitalistas do centro, enraizada no intercâmbio desigual e na extração de excedente da periferia em direção ao centro.

Desta forma, abre-se a possibilidade de se fazer convergir ambas as perspectivas teóricas para ampliar-se o debate acerca da posição da periferia no sistema mundial e de sua dinâmica específica, enveredando-se na direção já proposta por diversos autores, dentre os quais Adrián Sotelo Valencia, que afirma que

pese a las diferencias, algunas de forma e otras de contenido, entre el *world-system analysis* de Wallerstein y la teoría marxista de la dependencia, no quiere decir, obviamente, que no puedan establecerse relaciones de debate e intercambio conceptual y hasta de resultados en el análisis contemporáneo de América Latina, especialmente sobre el papel que juega en el actual sistema capitalista mundial. Al contrario, hay que estimularlas para desarrollar y extender el pensamiento teórico-crítico latinoamericano.<sup>110</sup>

Outros autores, tais como Theotônio dos Santos, vão além e consideram que a teoria da dependência estaria de certa forma contida na teoria do sistema mundial, na medida em que

---

<sup>110</sup> Valencia, *América Latina: de crisis y paradigmas*, p. 146.

esta constituiria um passo adiante na evolução daquela, na busca de tentar reinterpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo moderno dentro de uma perspectiva sistêmica<sup>111</sup>.

Diante destas considerações, faz-se necessário tentar identificar os pontos nos quais ocorre essa convergência, e até que ponto ela é viável do ponto de vista metodológico; para isto, deve-se, antes de qualquer coisa, proceder a uma breve análise que nos possibilite distinguir idiossincrasias, deficiências e facetas relevantes de cada uma das análises, sobretudo no que tange aos objetivos propostos neste trabalho e ao método utilizado para alcançá-los.

O primeiro aspecto a ser levantado diz respeito àquele que constitui a pedra angular da análise aqui proposta – a perspectiva da totalidade, a unidade de análise sistêmica – e sua relação com a teoria marxista da dependência. Pode-se observar, sobretudo na exposição desse arcabouço teórico construída por Marini em “Dialética da dependência”, que o sistema mundial como unidade de análise não é apresentado de maneira explícita; não obstante, pode ser captado em uma análise atenta, que revela a existência de um conceito de economia mundial, ainda não plenamente desenvolvido, mas no qual a perspectiva sistêmica já assume uma posição central na edificação da análise – em consonância com a noção sugerida acima de que o desenvolvimento próprio da teoria da dependência leva a uma aproximação com o perspectiva do “sistema mundial”.

Longe de se intentar uma escusa a possíveis insuficiências na análise de Marini, cabe sugerir algumas evidências que explicariam o caráter primitivo de seu conceito de economia mundial. Além do fato de que se trata de uma obra introdutória, um convite a um desenvolvimento mais profundo dos temas e problemas propostos, tal análise nasce no seio dos debates sobre o tema do subdesenvolvimento da América Latina, sobretudo nos estudos produzidos pela Cepal acerca da condição econômica do continente. A teoria marxista da dependência, em particular, inscreve-se no ápice de um processo tanto político quanto teórico das vanguardas latinoamericanas com o claro intento de sustentar a luta pela superação das mazelas a que eram submetidos<sup>112</sup>. Desta forma, é natural que, em vista da perspectiva nacionalista (ou ainda “latinoamericanista”) que a origina, a questão nacional assumia uma posição de destaque, levando o foco da análise a oscilar entre a nação, a América Latina e a idéia do sistema mundial, sem se fixar explicitamente em uma unidade de análise sistêmica.

---

<sup>111</sup> Dos Santos, *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, p. 51.

<sup>112</sup> Ouriques, *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*, p. 88.

Tal ambigüidade ocorre, por exemplo, quando Marini afirma que, na região, tem lugar um “capitalismo sui generis, que só ganha sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional, como, principalmente, a nível internacional”<sup>113</sup>. Nesta frase transparece visivelmente a dificuldade enfrentada pelo autor para definir claramente sua unidade de análise.

Ainda assim, esta aparente imprecisão não invalida a análise proposta por Marini, visto que, ainda que o conceito de sistema não esteja explícito, suas implicações permeiam a teoria constantemente. Em primeiro lugar, a percepção de que a conquista e a colonização da América Latina é fruto da expansão ultramarina européia promovida pelo capitalismo nascente, e que o desenvolvimento daquela se dá “em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional”<sup>114</sup>, pressupõe claramente a existência de um sistema capitalista mundial, do qual a Europa é o centro. O mesmo ocorre com a explicação de como a América Latina assumiu um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, através das exportações de alimentos e matérias-primas, que propiciou a passagem da mais-valia absoluta à relativa, como foi discutido no capítulo anterior.

A elucidação do caráter peculiar adquirido pelo ciclo do capital na economia dependente, que, segundo Marini, reiteradamente recorre à sua expansão sobre o mercado mundial, pode parecer, a primeira vista, incompatível com a unidade de análise sistêmica<sup>115</sup>, por valer-se da diferenciação entre a “economia latinoamericana” e a “economia mundial” sobre a qual se sustenta o mercado mundial, e por distinguir o ciclo do capital relativo a cada uma delas. Contudo, está presente a relação dialética entre a parte – a “economia nacional” ou “latinoamericana” – e o todo – a economia capitalista mundial – na qual está enraizado o conceito de totalidade, que, como já foi discutido, constitui o fundamento metodológico da opção pela unidade de análise sistêmica. Esta não significa, com efeito, abdicar da análise específica da parte; na verdade, consiste em perceber que a dinâmica peculiar da parte apenas tem sentido quando observada à luz do todo, visto que este todo é mais que o mero agregado das partes, e a compreensão da totalidade é essencial para desvelar o funcionamento da parte.

---

<sup>113</sup> Marini, *Dialética da dependência*, p. 106.

<sup>114</sup> Idem, p. 107.

<sup>115</sup> Tal crítica pode ser encontrada em Vieira, *Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo*.

Por outro lado, o próprio termo *dependência* dá margem a interpretações equivocadas, que podem levar à conclusão de que esta perspectiva é conflitante com o conceito de sistema mundial. De fato, o funcionamento de um sistema pressupõe, por definição, a *interdependência recíproca* entre suas partes, de maneira que não faria sentido afirmar que uma delas é *dependente*, enquanto as outras não o são. Contudo, novamente, este equívoco desvanece após um exame atento da obra de Marini, pois se percebe claramente o fato de que, segundo o autor, as nações que constituem o centro do sistema não prescindem de modo algum da existência e das relações travadas com a periferia. Essa interdependência, imprescindível logicamente, apresenta sua face histórica em diversos momentos da elaboração teórica do autor. Além da já reiterada importância da América Latina, desde a colonização, no desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial na Europa, podemos sublinhar, por exemplo, papel assumido pela região, de 1870 até a Primeira Guerra Mundial, de importante local de valorização dos capitais oriundos dos países centrais, e a partir de meados do século XX, como destino dos bens de produção que se tornavam obsoletos no centro, de modo a possibilitar a transição em direção a um novo padrão de acumulação.

Não obstante, a conclusão de que há uma interdependência entre centro, semiperiferia e periferia não implica em olvidar a existência de uma relação de subordinação entre os estratos do sistema mundial. Embora sejam todos interdependentes, há um conjunto de países – o centro – que dita a dinâmica e a direção do sistema, e se torna o maior beneficiário do seu desenvolvimento; ao passo que os demais são impelidos a seguir a direção que lhes é apresentada, obrigados a se contentar em ser “sócios minoritários” do capitalismo mundial, e sofrendo, em maior ou menor grau, as vicissitudes decorrentes dessa posição subordinada. Para melhor entender essa ligação, é útil lançar mão de uma analogia com a elaboração clássica de Marx acerca da relação entre o capitalista, proprietário privado dos meios de produção, e do trabalhador, proprietário tão somente de sua força de trabalho. Há, evidentemente, uma interdependência recíproca entre ambos, visto que aquele precisa da força de trabalho para colocar em movimento seus meios de produção, enquanto este de nada é capaz apenas com sua capacidade de trabalhar mas privado dos meios de fazê-lo. Contudo, não seria razoável supor que são equivalentes; ao contrário, um é explorado, e o outro é o explorador. Desta forma, a *dependência* refere-se ao fato de que um conjunto de países não é capaz de tomar as rédeas do desenvolvimento do sistema, e que mesmo os capitalistas dessa

região são sistematicamente submetidos por aqueles do centro – em suma, refere-se a uma relação de subordinação e exploração no âmbito do próprio sistema mundial.<sup>116</sup>

A noção de interdependência, por sua parte, pode dar origem a interpretações equivocadas do conceito de sistema mundial, pelo mesmo motivo – o risco de se sobrevalorizar a interdependência em detrimento da percepção da subordinação entre as partes. Tal falácia é análoga àquela que consiste em conceber a diferença entre as classes meramente como fruto da quantidade de riqueza e da capacidade de se dispor de uma propriedade no mercado. Tal formulação eclipsa a distinção entre a posse de meios de produção e a posse de bens e mercadorias, deixando de captar a fundamental dicotomia de classes – exploradores e explorados – e colocando “uma autônoma, e portanto abstrata, escala de possuidores e não-possuidores”<sup>117</sup>.

Equívoco semelhante é cometido ao se considerar que a diferença entre os estratos que compõem a hierarquia do capitalismo mundial (centro, semiperiferia, periferia) fundamenta-se tão somente no grau de concentração de atividades mais ou menos lucrativas – ou seja, que o centro se distingue por comandar os elos da cadeia de mercadorias que permitem maior extração de excedente, enquanto à periferia resta as etapas inferiores, nos quais parte do excedente criado é remetido adiante ao longo da cadeia; e a semiperiferia agrupa uma combinação de ambos os tipos de atividades.

Não resta dúvida que tal fenômeno é real e pode ser observado historicamente; contudo, não se deve considerá-lo o cerne da distinção entre centro, semiperiferia e periferia, e sim sua aparência fenomênica. Deve-se, pois, desvelar a origem dessa hierarquização, tarefa que só pode ser realizada debruçando-se sobre a história. Deste modo, podemos enxergar a raiz da subordinação que caracteriza a relação de interdependência entre os estratos formadores do sistema capitalista mundial no próprio processo de gênese e expansão deste sistema, através do que Marx chamou de acumulação primitiva, e que consistiu, de fato, na exploração, dominação e pilhagem levada a cabo pelo centro sobre os territórios que mais tarde seriam batizados de periferia, e foi fundamental para a emergência da classe capitalista, e, com ela, do capitalismo como um sistema mundial.

---

<sup>116</sup> Embora não faça parte do escopo do presente trabalho, um tema que pode ser explorado no debate sobre a teoria da dependência é a validade e utilidade de se adotar o próprio termo “dependência” para designar uma relação que se aproxima mais à subordinação; uma hipótese que pode ser levantada é a de que o termo, herdado das análises cepalinas, subsistiu menos por sua adequação semântica que por sua utilidade política.



Sendo assim, a exploração da periferia pelo centro – de maneira correspondente ao que Wallerstein concebe como a transposição geográfica da divisão social do trabalho, como vimos no capítulo 2 – foi o alicerce da formação e expansão do sistema capitalista mundial, e perpassa toda sua história como o fundamento da divisão internacional do trabalho, mediante sua forma fenomênica, o complexo de cadeias mercantis e a hierarquização que transparece de seu funcionamento e sua expansão global. De modo que a criação e perpetuação de desigualdade – tanto entre classes quanto no plano internacional – é a raiz em que se sustenta o capitalismo enquanto sistema mundial.

De modo que retornamos ao que parece consistir no mais importante ponto de contato entre as duas perspectivas teóricas: a troca desigual, ou, mais adequadamente, a transferência de valor proporcionada pela desigualdade entre os estratos da estrutura centro-semiperiferia-periferia – tendo em vista que o termo “troca desigual” por si só não é capaz de captar a totalidade do fenômeno, posto que há outras formas, que não o intercâmbio comercial, de se transferir o excedente da periferia em direção ao centro. A troca desigual foi o mecanismo historicamente mais visível, desde o período colonial, no qual constituía o cerne da relação de dominação a que era submetida a América Latina, estendendo-se mesmo após os processos de independência política e formação dos Estados nacionais latinoamericanos. O hiato no comércio global observado em virtude da crise e das guerras mundiais ocorridas na primeira metade do século XX obscureceu a face comercial da transferência de valor; contudo, outras formas se sobressaíam, sobretudo a transferência de mais-valia realizada através das remessas de lucros e de juros. Nas décadas finais do século, contudo, o intercâmbio desigual tende a retomar sua importância, na esteira dos processos de “abertura dos mercados” da periferia.

Assim, como já foi dito, faz-se necessário aos capitalistas da periferia, simultaneamente exploradores e “explorados”, compensar a perda que sofrem constantemente pela transferência de valor. Incapazes de almejar uma posição mais vantajosa na distribuição global do excedente, a saída que lhes resta é valer-se dos meios possíveis para, subordinados na hierarquia do sistema, beneficiar-se ao máximo dessa posição dúbia que assumem. Ao fazer isso, reproduzem de maneira ampliada a situação de dependência a que estão submetidos; ou, invertendo-se o prisma da análise, dão maior sustentação à hegemonia a que estão submetidos

---

<sup>117</sup> Kosik, *Dialética do concreto*, p. 105.

– o efeito, seja qual for o ponto de vista, é o mesmo: a periferia é onde as contradições inerentes ao capitalismo se dão de maneira mais profunda e explosiva.

Deste modo, mais importante que se esforçar para encontrar as diferenças entre a teoria da dependência e a análise do sistema mundo que as impede de convergir e fundir-se, é necessário identificar seus pontos em comum e promover o constante debate entre ambas, de modo a contribuir para a construção de um pensamento crítico latinoamericano, que seja capaz de apreender e transformar a dinâmica particular que assume a região no seio do desenvolvimento do sistema mundial, além de permitir a compreensão crítica de projetos como o da ALCA, que, por se apresentar como uma oportunidade para ampliar as exportações, que retomaram, nas últimas décadas do século XX, o status de principal saída aos problemas latinoamericanos, surge como uma perspectiva de dinamizar esse desenvolvimento subordinado e contraditório.

Uma vez desvelado o real sentido do projeto da ALCA, que transcende o escopo restrito da liberalização dos fluxos comerciais e de capitais, coloca-se a questão de como agir, no terreno da política, face à proposta. E, de fato, é precisamente neste ponto em que as duas perspectivas teóricas analisadas apresentam uma de suas maiores divergências – as possibilidades da ação política com vistas à superação da posição subordinada em que se encontra a periferia no sistema mundial.

A análise capitaneada por Wallerstein e Arrighi deixa claro que a dinâmica da periferia não é de modo algum autônoma, e sim uma parte da dinâmica do sistema mundo. Sua posição subordinada, com todas as conseqüências sociais por ela geradas, é parte do sistema, e, portanto, necessária ao funcionamento deste, de modo que seria ilusória a busca de um “‘desenvolvimento’ igualitário em uma economia-mundo capitalista, cujo princípio orientador da incessante acumulação de capital requer e gera uma polarização cada vez maior da renda real”<sup>118</sup>. Não é possível, pois, alterar sua direção voluntária e isoladamente, almejando-se o “desenvolvimento” da periferia a despeito da estrutura representada pelo próprio sistema. Desta forma, a questão nacional ganha pouco relevo, posto que tem escassa eficácia, inscrita num contexto em que os movimentos do sistema a subordinam sobremaneira.

Sem embargo, não desaparece a possibilidade de transformações naquela estrutura, nos momentos em que o sistema é atravessado por crises que alteram seu padrão de funcionamento

---

<sup>118</sup> Wallerstein, *Después del liberalismo*, p. 65.

– tais como as crises evidenciadas por Arrighi nas transições entre diferentes ciclos sistêmicos de acumulação. De fato, segundo Wallerstein, o momento atual representa uma dessas “bifurcações”, cujo resultado é intrinsecamente indeterminado. Nesse período de transição em direção a uma nova ordem, não só há espaço para a ação política local, como esta é uma variável crítica que determinará o curso da crise<sup>119</sup>.

A teoria marxista da dependência, por seu turno, concede à questão nacional uma posição central, na medida em que, como já foi dito, foi construída para dar suporte teórico à luta política em que estavam envolvidos seus autores. O objetivo não consiste apenas em analisar a dinâmica do capitalismo e seus efeitos sobre a periferia, e sim tornar essa análise um instrumento capaz de subsidiar a luta para transformar aquela dinâmica, mesmo que para isto seja necessário subverter o próprio funcionamento do sistema. A ação política é uma necessidade subjacente à teoria, e a ruptura sistêmica é uma possibilidade implícita, na medida em que a relação de subordinação entre centro e periferia é engendrada pela própria dinâmica do capitalismo global.

De fato, a opção pela adoção de uma unidade de análise sistêmica não invalida, a priori, a possibilidade de luta política; ao contrário, está contida na perspectiva da totalidade, que concebe teoria e ação como momentos de um mesmo processo, ambos carentes de sentido se tomados isoladamente.

---

<sup>119</sup> Idem, pp. 67-70.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar o projeto de formação de uma “área de livre comércio” – que, contudo, escapa à denominação proposta, tanto por não prever a instauração de um comércio livre de barreiras de qualquer natureza, quanto por englobar diversos outros temas além das relações comerciais – incluindo a quase totalidade dos países do continente americano, através de um duplo recorte, considerando-o, por um lado, um plano hegemônico capitaneado pelos Estados Unidos, e, por outro, um projeto de significativa parte das elites latinoamericanas, sobretudo de sua fração que se alicerça na economia exportadora.

Neste sentido, demonstrou-se válida a utilização da chamada “análise dos sistemas-mundo” para sustentar o ponto de vista de que a ALCA se inscreveria num projeto mais amplo, levado a cabo pelos EUA, na tentativa de retomar sua hegemonia, em declínio desde a crise observada entre 1968 e 1973. Este arcabouço teórico, por adotar uma perspectiva sistêmica, mostrou-se mais adequado para analisar a dinâmica do capitalismo global na qual se inscreve a posição hegemônica daquele país, na medida em que é capaz de compreender o conceito de hegemonia como a capacidade de um Estado-nação e dos capitalistas nele localizados de organizar e liderar o sistema mundial em uma determinada direção que lhe é favorável, apresentando essa mesma direção como um objetivo comum.

Sendo assim, o conceito de hegemonia construído a partir dessa perspectiva pressupõe um forte conteúdo de legitimidade e aceitação por parte dos países submetidos, mais do que apenas uma anuência passiva. Neste sentido, é possível inverter o prisma da análise, observando a hegemonia do ponto de vista daqueles a ela submetidos. A teoria marxista da dependência, como foi demonstrado, apresenta-se bastante útil para a compreensão da dinâmica apresentada por uma região periférica – a América Latina – em sua posição subordinada no desenvolvimento do sistema mundial, explicitando o caráter ambíguo assumido pelo capitalista latinoamericano, que, por um lado, explora o trabalhador, extraindo-lhe a mais-valia, mas, por outro, é forçado a transferir em direção ao centro parte do valor extraído, por apresentar-se em constante desvantagem na concorrência intercapitalista.

De modo a compensar essa drenagem, recorre à exploração crescente do trabalhador, inclusive apropriando-se, além da mais-valia propriamente dita (o trabalho excedente), de parte do valor necessário à reprodução da força de trabalho. Contudo, este mecanismo

difículta sobremaneira o processo de circulação do capital, que assume características distintas daquele do centro, como a clivagem entre as esferas alta e baixa de consumo. Uma das respostas, historicamente recorrente, da elite latinoamericana à dificuldade de circulação originada na superexploração é o recurso à exportação, para realizar no mercado mundial o que não pode ser feito no mercado interno. De fato, a “saída exportadora” é, hoje, apontada como a principal saída para o “desenvolvimento” da região. Nesta perspectiva, a ALCA apresenta-se como uma tentativa, por parte da fração da elite latinoamericana que se beneficia da renovada economia exportadora, de, facilitando o acesso sobretudo ao mercado estadunidense, ampliar sobremaneira as exportações.

Desta forma, apresentar a ALCA como um projeto de e para toda a sociedade significaria ignorar as diferenças de classe existentes em seu seio – e mesmo as dicotomias entre as frações da classe capitalista. Há que se desvelar o manto ideológico que perpassa as discussões que argüem se o acordo é “bom ou ruim para os países latinoamericanos”, de modo a compreender que, se pode ser bastante proveitoso para uma fração da elite da região, dificilmente pode ser para “toda” a sociedade, ou mesmo para a maioria da população, na medida em que reproduz de maneira ampliada as relações de dependência – ou mais adequadamente, de subordinação – que caracterizam a situação periférica que ocupa a América Latina no sistema capitalista mundial.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, Arturo Vera. **La infraestructura de transporte en América Latina**. Disponível em: [http://www.iadb.org/INT/Trade/2\\_spanish/2\\_QueHacemos/Documentos/c\\_OtrasPublic/PapersTrabajo/c\\_infraestructura.pdf](http://www.iadb.org/INT/Trade/2_spanish/2_QueHacemos/Documentos/c_OtrasPublic/PapersTrabajo/c_infraestructura.pdf). Acesso em 23 janeiro 2006.

AMIN, Samir. **La acumulación a escala mundial: crítica de la teoría del subdesarrollo**. México: Siglo Veintiuno, 1979.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. **A ALCA possível**. Disponível em: [http://www2.mre.gov.br/Alca/Artigos/fsp\\_alcapossivel.htm](http://www2.mre.gov.br/Alca/Artigos/fsp_alcapossivel.htm). Acesso em 12 setembro 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BARBOSA, Rubens Antonio. **Barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

CAMARGO, Sônia de. O canto da sereia: a América Latina frente a ALCA. **Revista São Paulo em perspectiva**, vol 16, n. 1, jan./mar. 2002.

CAPUTO, La economía de EEUU y de América Latina en las últimas décadas. **Investigación y crítica**, n. 5, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, n. 23, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

**DECLARAÇÃO da Reunião de Cúpula das Américas** (1994). Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/alca/Declaracoes/cupula-miami.htm>. Acesso em: 15 abril 2005.

DÍAZ, Pedro López (coord.). **El Capital: teoria, estructura y método**. México: Ediciones de Cultura Popular, 1975.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscritos de 61-63**. México: Siglo Veintiuno, 1988.

FIORI, José Luís. Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. **Polarização Mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.) **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRANK, Andre Gunder. **Lumpenburguesía: lumpendesarrollo**. 4 ed. México: Era, 1971.

\_\_\_\_\_. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York & London: Monthly Review Press, 1969.

FRANCO, Gustavo H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, jul./set. 1998.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana – formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 19 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1984.

\_\_\_\_\_. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

GARCIA, Marco Aurélio. O Brasil e a ALCA: regionalização e projeto nacional de desenvolvimento. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). **ALCA e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil**. Brasília: IPRI, 1999.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora; Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

\_\_\_\_\_. A ALCA e o fim do Mercosul. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). **ALCA e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil**. Brasília: IPRI, 1999.

HOBSON, John A. **Estudios sobre el imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1991.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel et al. **The age of transition: Trajectory of the world-system 1945-2025**. London & New Jersey: Zed Books, 1996.

ILIENKOV, E. Elevarse de lo abstracto a lo concreto. In: DIAZ, Pedro Lopez (org.). **El capital, teoria, estructura y método**. México: Ediciones de Cultura Popular, 1975.

JAGUARIBE, Helio. Mercosul e as alternativas para a Ordem Mundial. In: GUIMARÃES, S. P. (org.). **ALCA e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil**. Brasília: IPRI, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.

LIMA, E. T.; NASSIF, A. L.; CARVALHO JR., M. C. Infra-estrutura, diversificação das exportações e redução do “custo Brasil”: limites e possibilidades. **Revista do BNDES**, n. 6, 1997.

LINS, Hoyêdo Nunes. Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais. In: VIGEVANI et al. **Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais**. São Paulo: LTr, 1998.

\_\_\_\_\_. **A integração hemisférica em debate: a ALCA vista do sul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LIST, Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUKÁCS, György. **Historia e consciencia de classe : estudos de dialectica marxista**. 2. ed. Porto: Escorpão, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. El ciclo del capital em la economía dependiente. In.: OSWALD, Ursula (coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979.

\_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución**. 10 ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

\_\_\_\_\_. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.



\_\_\_\_\_. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_; Millán, Márgara (orgs.). **La teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependencia – tomo II**. México: Ediciones El Caballito, 1994.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. México: Siglo Veintiuno, 1971.

**MINUTA dos textos do acordo da Alca**. Disponível em: [http://www.ftaa-alca.org/FTAADraft/WordDocs/draft\\_p.doc](http://www.ftaa-alca.org/FTAADraft/WordDocs/draft_p.doc). Acesso em 03 dezembro 2005.

**NATIONAL Security Strategy of United States of America**. Disponível em [www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/). Acesso em 03 março 2006.

OURIQUES, Nildo. **La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

PERRY, Guillermo. **Crecimiento en America Latina en busca del tiempo perdido**. Disponível em: [http://www.worldbank.org/servlet/WDSCContentServer/WDSP/IB/2006/01/05/000160016\\_20060105133422/Rendered/PDF/348620958682571econ1mico1801PUBLIC1.pdf](http://www.worldbank.org/servlet/WDSCContentServer/WDSP/IB/2006/01/05/000160016_20060105133422/Rendered/PDF/348620958682571econ1mico1801PUBLIC1.pdf). Acesso em 22 março 2006.

PINTO, Virgilio Noya. **O ouro brasileiro e o comercio anglo-português : uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo : Colônia**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o las americas en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, 1992.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SALAZAR, Luis Suárez. La integración multinacional latinoamericana y caribeña: un enfoque desde la prospectiva crítica y participativa. **Sociologias**, n.14, Jul/Dec. 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222005000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 12/03/2006

SANTOS, Theotônio dos. World Economic System: on the genesis of a concept. **Journal of World-Systems Research**. VI, 2, Summer/Fall 2000.

\_\_\_\_\_. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **América Latina no limiar do século XXI**. Niterói: EdUFF, 2000.

SILVA, Ludovico. Lukacs y el concepto de totalidad. In: SILVA, Ludovico. **De lo uno a lo outro: ensayos filosófico-literarios**. Venezuela: Universidad Central de Venezuela, 1973.

\_\_\_\_\_. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Venezuela: Monte Avila Editores, 1975.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 23 ed. México: Siglo Veintiuno, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VALENCIA, Adrián Sotelo, **América Latina: de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en el siglo XXI**. México: Plaza y Valdéz, 2005.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Brasil e o plano Bush: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas**. São Paulo: Nobel, 1991.

VIEIRA, Pedro Antônio. Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo. In: IV Colóquio latinoamericano de economistas políticos. **Anais...** São Paulo: FGV, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1980.

\_\_\_\_\_. The rise and future demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. In: Wallerstein, Immanuel. **The essential Wallerstein**. New York: The New York Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. **Después del liberalismo.** 2 ed. México: Siglo Veintiuno, 1998.

ZELNY, Jindrich. **La estructura lógica de El Capital de Marx.** México: Grijalbo, 1978.